

FORTIFICAÇÕES DE MARVÃO

História, Arquitectura e Restauro

Domingos Almeida Bucho

FORTIFICAÇÕES DE MARVÃO
História, Arquitectura e Restauro

Região de Turismo de São Mamede / IPPAR / Ministério da Cultura
2000

FICHA TÉCNICA

Título

Fortificações de Marvão
História, Arquitectura e Restauro

Autor

Domingos Almeida Bucho

Editor

Região de Turismo de São Mamede / IPPAR / Ministério da Cultura

Capa / Paginação

Veludo Azul / Autor; Corlito

Impressão

CORLITO - Setúbal

Data

2000

Depósito legal: ??????? *Corlito*

ISBN: ?????? *Corlito*

Do mesmo autor:

- *Memórias, As do Oco, de Castelo Júnior; Introdução, notas, comentários e índice temático de Domingos Almeida Bucho*, Câmara Municipal de Portalegre, Portalegre, 1990.

- *Mosteiro de São Bernardo de Portalegre; Estudo histórico-arquitectónico; Propostas de recuperação e valorização do património edificado*, ed. autor, Portalegre, 1995.

- *Portalegre e as suas Fontes*, ed. autor, Portalegre, 1996.

- *Marvão, Obra Única do Homem e da Natureza*, Câmara Municipal de Marvão, Marvão, 2000 (co-autoria e coordenação).

- *Dicionário Lagóia*, Câmara Municipal de Portalegre, Portalegre, 2000.

ÍNDICE

Apresentação	11
1. Nota histórica	13
2 .Situação e sítio	21
2.1 Situação	21
2.2 Sítio	22
3. Descrição das fortificações	23
3.1 Primeiro recinto do castelo	23
3.2 Segundo recinto do castelo	26
3.3 Cerca urbana	28
4. Sistema estrutural, materiais e técnicas de construção	31
4.1 Sistema estrutural	31
4.2 Materiais e técnicas de construção	32
5. Evolução arquitectónica e tipologia militar	34
5.1 Evolução arquitectónica	34
5.2 Tipologia Militar	41
5.2.1 Fortificação medieval	41
5.2.2 Fortificação moderna	43
6. Intervenções e sua análise crítica	45
6.1 Expansão urbana e fortificações	45
6.2 Intervenções	47
6.3 Pormenores técnicos prescritos nos projectos	55
6.4 Análise crítica	56
7. Intervenções urgentes e a médio e longo prazos	60
8. Conclusão	61
Fontes e Bibliografia	103
Anexos	113

SIGLAS E ABREVIATURAS

DGEMN - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumento Nacionais

DMN - Direcção dos Monumentos Nacionais

DREMS - Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Sul

DSE, GEAEM - Direcção dos Serviços de Engenharia, Gabinete de
Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar

DSID - Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação

E - Este ou Leste (ponto cardeal, em todas as utilizações gramaticais)

N - Norte (ponto cardeal, em todas as utilizações gramaticais)

NE - Nordeste (ponto colateral, em todas as utilizações gramaticais)

NO - Noroeste (ponto colateral, em todas as utilizações gramaticais)

O - Oeste (ponto cardeal, em todas as utilizações gramaticais)

S - Sul (ponto cardeal, em todas as utilizações gramaticais)

SE - Sudeste (ponto colateral, em todas as utilizações gramaticais)

séc. - século / sécs. - séculos

SO - Sudoeste (ponto colateral, em todas as utilizações gramaticais)

*À memória de **Jeremias da Conceição Dias**
e a todos os marvanenses que, como ele,
zelaram pela preservação do Património.*

É esta vila praça de armas, a mais inconquistável de todo o Reino; da parte do sul é inacessível, de tal sorte que só aos pássaros permite entrada, porque em todo o comprimento é contínuo, e continuado o despenhadeiro de vivos penhos em tanta altura, que as aves de mais elevados voos, dele de deixam ver pelas costas (...) o qual muro, serve mais para não deixar cair os de dentro, do que impedir a entrada aos de fora, e por isso em muitas partes é este muro baixo (...) sendo certo que esta praça ou presídio não pode ter contra si em tempo bélico mais que a falta de água.

Prior Frei Miguel Viegas Bravo

Memórias Paroquiais (1758)

APRESENTAÇÃO

O estudo histórico-arquitectónico que agora se edita, sobre as fortificações de Marvão, é uma das nove monografias que integram a nossa tese de doutoramento, defendida e aprovada na Universidade de Évora, a 11 de Julho de 2000, com o título: *Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo / Intervenções nas Fortificações do Distrito de Portalegre*.

A publicação individualizada de todas estas monografias - com níveis de análise diversos - será feita no âmbito do *Projecto de Valorização Científica, Educativa e Turístico-Cultural das Fortificações do Norte Alentejano*. Este projecto, da nossa autoria, no seio da Região de Turismo de São Mamede, congrega outras instituições, tais como o IPPAR, os municípios do distrito, o Museu Militar de Lisboa, a Liga dos Combatentes, o Gabinete de Estudos de Engenharia e Arqueologia Militar de Lisboa, a Escola Superior de Educação e o Instituto Politécnico de Portalegre. Desenvolve várias áreas de intervenção, a saber: a sinalética, a museológica, a valorização da paisagem e a editorial, na qual se inclui esta edição.

Tal como é descrito na própria designação do projecto, pretende-se valorizar, e de todos os pontos de vista referidos, aquele que é, inquestionavelmente, o mais importante conjunto de fortificações do país. A sua localização, no Norte Alentejano, nada deve ao acaso: esta região constitui a entrada natural, por excelência, no território nacional - apesar do inconveniente de a capital do país se situar na margem oposta do Tejo -, utilizada em invasões e em inumeráveis incursões de exércitos inimigos. Pela mesma razão, foi o Alto Alentejo, desde o princípio da nacionalidade, o grande teatro de guerra no país, de onde derivou o justo epíteto, à cidade de Elvas, de *Chave do Reino*.

Do castro pré-romano à mais avançada fortificação abaluartada, tudo podemos encontrar no Norte Alentejano que, por isso, há muito aguardava um

projecto desta natureza, colocando em evidência a sua arquitectura e a sua História Militar, transformando o recurso de grande potencial que constitui, num produto de qualidade no âmbito do Turismo Cultural. Assim se procura favorecer, simultaneamente, o desenvolvimento cultural, educativo, científico e também económico.

Ao ser lançada esta monografia, já se encontram, em pleno funcionamento, os núcleos museológicos militares dos castelos de Portalegre e de Marvão, com os respectivos desdobráveis explicativos, permitindo ao turista, ao aluno, ao vulgar cidadão da localidade, apreender a leitura dos espaços e beber a sua história, apercebendo-se, ao mesmo tempo, da importância das fortificações como âncoras de cultura e de nacionalidade.

Finalmente, não podemos deixar de referir o feliz entrosamento deste projecto com um outro de âmbito internacional, que é a Candidatura de Marvão a Património Mundial, por nós coordenada a nível técnico-científico. Uma candidatura desta natureza deve constituir, sempre, um projecto de valorização sócio-cultural da maior abrangência. Ambos os projectos se encontram, assim, no propósito comum de dar a conhecer, com qualidade, a mais roqueira das fortificações e povoações do país, a tal ponto o sendo que, ainda hoje, o espaço habitado se limita ao intramuros medieval, pelo inóspito do sítio.

O futuro de Marvão passa pela valorização do seu passado. Aqui fica, então, mais este contributo, a actualizar com investigações futuras.

O Autor

1. NOTA HISTÓRICA

A elevação rochosa sobre a qual estão implantadas a vila e as fortificações de Marvão (Fig. 1) era designada, no séc. X, na obra perdida do historiador cordovês Isa Ibn Áhmad ar-Rázi, por *Amaia de Ibn Maruán* e por *Fortaleza de Amaia*¹, entre outras designações semelhantes. Ibn Maruán (m. c. 889/890) foi um muladi², *de nobre estirpe emeritense*³, que se notabilizou como caudilho rebelde contra o Emirato de Córdoba, no último quartel do séc. IX. O inexpugnável monte, conhecido em tempos remotos por Hermínio⁴ (daí derivando o topónimo Aramenha, da aldeia que lhe está a SO)⁵, terá servido, de forma contínua ao longo da história, de refúgio fortificado. Idêntica utilização lhe foi dada por Ibn Maruán, pelos anos de 876/877⁶, derivando do nome do cabo de guerra e (re)fundador da muçulmana Badajoz, o actual topónimo Marvão. Após esta utilização estratégica, *nunca mais se encontrará referência alguma* ao sítio nas fontes árabes⁷. Aliás, é na zona fronteiriça do Douro - sob a protecção de D. Afonso III - e em Idanha-a-Velha que Ibn Maruán se instalou enquanto andou fugido⁸. Pelo que referem as crónicas árabes, Ibn Maruán resistia *porque ele e os companheiros viviam sobre o lombo dos cavalos, mudando-se de um lugar para outro*⁹.

Conquistada definitivamente a linha do Tejo pelos cavaleiros cristãos, em

¹ SIDARUS, Adel - "Amaia de Ibn Maruán: Marvão", *Ibn Maruán*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 1, Câmara Municipal de Marvão, Novembro de 1991, p. 13. Citações da obra de Isa Ibn Áhmad ar-Rázi - filho de Áhmad Ibn Muhâmmad ar-Rázi, autor da célebre *Crónica do Mouro Rasis*, mandada traduzir para português por D. Dinis -, são feitas na obra de Ibn Hayyán, designada por *al-Múqtabas*.

² Autóctone islamizado

³ SIDARUS, Adel, art. cit., p. 15.

⁴ ALMEIDA, João de - *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, 3 vols., Lisboa, 1945-1947, p. 140, refere que esta serra se chamava *Hermenho lusitana*, e que os Romanos traduziram por *Herminius Minor*.

⁵ COELHO, P. M. Laranjo - *Marvão (Elucidário breve de uma visita a esta vila)*, s. ed., 2ª edição, s. l., 1982, p. 8.

⁶ SIDARUS, Adel, art. cit., pp. 14 e 15.

⁷ Idem, Ibidem, p. 14.

⁸ Idem, Ibidem, p. 16; MACÍAS, Santiago - "Resenha dos factos políticos", in *História de Portugal*, vol. I, dir. José Mattoso, Círculo de Leitores, s. l., 1992, p. 421; TORRES, Cláudio e MACÍAS, Santiago - *O Legado Islâmico em Portugal*, Círculo de Leitores, s. l., 1998, p. 60; COELHO, António Borges - *Portugal na Espanha Árabe*, Seara Nova, vol. II, Lisboa, 1972, pp. 164 a 168, refere várias localidades e sítios por onde passou Ibn Maruán: *Ermo que há entre as comarcas muçulmanas e cristãs / Monte Sacro, e de toda a cordilheira do Algarve / Albaxardal / Badajoz / forte de Alanje / castelo de Caracuel / forte de Achirguerra (?)*.

⁹ COELHO, António Borges, *ob. cit.*, p. 166.

1147, diz a tradição que Marvão terá caído em mãos portuguesas entre 1160 e 1166, estando na posse dos Templários em 1167. Não sabemos em que situação ficou com a grande ofensiva de Almansor, entre 1190 e 1191, que só terá deixado Évora, das cidades importantes, por reconquistar. Mas em 1214 fazia parte das terras de Castelo Branco, e em 1217, D. Afonso II doa, ao Mosteiro de Alcobaça, o Reguengo da Aramenha¹⁰.

Marvão recebe o primeiro foral em 1226¹¹, no reinado de D. Sancho II, sendo a definição do seu termo, que englobava grande parte do actual Distrito de Portalegre, uma prova do seu alto valor geoestratégico.

D. Afonso III terá doado a povoação fortificada à Ordem do Hospital e, posteriormente, ao seu filho D. Afonso, em 1271. Esta doação conduziria D. Dinis a apossar-se do castelo, em 1299, em atitude anti-senhorial, impedindo, por outro lado, que a importante fortificação caísse em mãos castelhanas, uma vez que as filhas do seu irmão Afonso estavam casadas com fidalgos do reino vizinho.

O foral de 1226 foi confirmado por D. Dinis em 1299, e Marvão e Portalegre, castelos da propriedade de D. Afonso, foram trocadas por Sintra e Ourém em 1300. A fortificação foi reconstruída, e o povoado, como tantos outros no reinado de *O Lavrador*, mas também “urbanista”, conheceu a sua verdadeira formação/expansão. Expansão explicável pelo clima de paz que a conquista definitiva do Algarve (1249/1250) e a definição da fronteira com o país vizinho, pelo Tratado de Alcanizes, em 1297, trouxeram a todo o país.

Os sécs. XIV e XV marcarão decisivamente o difícil povoamento da vila¹². Em 1378 foi coutada para homiziados, *ataa duzentas pessoas*¹³, recebendo

¹⁰ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo - *Terras de Odiana*, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, Lisboa, 1988, p.189.

¹¹ Por comparação, note-se que Cáceres recebe o seu primeiro foral em 1227, Elvas em 1229 e Badajoz em 1230.

¹² Em 1361, D. Pedro isenta os moradores da despovoada vila, de irem servir em *aduas* para o Algarve ou para outro qualquer lugar; também protege os *mancebos e servidores de fora* que, fugindo a seus amos, queiram morar e servir em Marvão. COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, (1988), p. 198. Em 1397, a vila é dispensada de apresentar cavalos de combate - porque sofriam muitos danos com a guerra -, mas tão só bestas e espadas para defesa da vila (Idem, *Ibidem*, p. 208). Em 1461, o número de besteiros de conto é reduzido, alegando a vila que vários dos seus mancebos serviam em Alcácer Ceguer (Idem, *Ibidem*, p. 210).

¹³ MORENO, Humberto Baquero - *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI*, Ed. Presença, Lisboa, 1986, p. 105.

privilégios vários, potenciadores do povoamento, em 1407, 1436 e 1497¹⁴. O casario foi cercado de muralhas abrindo-se ao exterior através do Postigo do Torrejão¹⁵, das Portas da Vila e das Portas do Ródão ou da Roda¹⁶. Já em 1443, Diego Álvares, escudeiro do condestável D. Pedro, entregou 3000 reais a Vasco Martins, morador em Marvão, para despende nas obras do muro¹⁷.

A vila de Marvão, que ainda hoje se conserva intramuros (Fig. 4), vem então a constituir-se ao longo do caminho mais curto e fácil de percorrer sobre a imensa crista quartzítica. Este caminho liga as Portas da Vila ao castelo (Rua das Portas da Vila, Praça do Pelourinho, Rua do Espírito Santo e Rua do Castelo). Por outro lado, o acesso a Marvão, a partir da (sua) Portagem - que se desenvolveu à volta da ponte quinhentista sobre o Rio Sever -, far-se-ia pelo caminho empedrado que parte das proximidades deste local e chega, ainda hoje, próximo das Portas da Vila. No séc. XVIII, este caminho aparece

¹⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 105 e 106.

¹⁵ Este Torrejão poderá corresponder ao que é hoje o baluarte NE da fortificação abaluartada do Postigo do Torrejão, como se infere da descrição do COELHO, Possidónio M. Laranjo - *O Castelo e a Fortaleza de Marvão / Os Seus Alcaldes-Mores e Principaes Governadores*, Tip. Adolpho de Mendonça, Lisboa, 1916, p. 9: (...) *baluarte quadrado e de bastante largura, a que na vila chamam Torrejão*. Repare-se que este baluarte (irregular) não tem cordão, o que indicia a anterioridade da estrutura. É curioso verificar que, em 1877, se referia a existência de uma (...) *antiga bateria redonda já em ruína* (...) que não vem descrita no documento supra, nem nas Memórias Paroquiais de 1758. O documento que menciona este cubelo encontra-se no Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, N.º 31, (1877) e refere o seguinte: *Levo ao conhecimento de V. Ex.ª que pelo lado do nascente na muralha do castelo desta praça e próximo à caserna existe um portado de alvenaria que dava saída para um pequeno fosso e antiga bateria redonda já em ruínas* (...) / *Comando Militar da praça de Marvão / Nota das dimensões que contém o fosso e a bateria redonda em ruínas, anexo à muralha do castelo da dita praça. / Comprimento 72 m / Largura 4 m / Altura 1,82 m / Espessura 0,55 m / Resto de uma bateria redonda na extremidade do fosso do lado sul, junto ao portado 2,5 m / Portado do fosso, altura 2 m / Largura do dito 1,20 m / Bateria redonda, altura 2,50 m / Quartel na praça de Marvão, 25 de Fevereiro de 1877, João Gonçalves Ramalho, Major Comandante Militar*. Observando a planta das fortificações de Marvão do séc. XVII (Fig. 2), de Nicolau de Langres (executada cerca de 1644), verificamos a existência de um cubelo na zona em análise, que hoje já não existe, e que pode corresponder à referida *bateria redonda*. Aliás, na planta de 1755 (Fig. 3), nota-se uma fortificação arredondada sobre a qual, o autor, coloca a letra D, correspondendo, na legenda, a *Torrejão*. Assim sendo, a interpretação de Possidónio Laranjo Coelho poderá não estar correcta: o Torrejão seria a designação do cubelo (*antiga bateria redonda*) e não do *baluarte quadrado*.

¹⁶ As duas designações aparecem em plantas dos sécs. XVIII e XIX, embora a designação “de Roda” - que poderá vir de *rolda* (vigilância dos muros) entre a Porta da Vila e a de Ródão - apareça na maioria dos casos. Actualmente são conhecidas por “Portas de Ródão” por estarem viradas a N, na direcção daquela passagem do Tejo.

¹⁷ *Monumenta Henricina*, vol. III, doc. n.º 3, pp. 5-8 (27/Janeiro/1443); também AN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 27, fl. 5 vº; cit. in MONTEIRO, João Gouveia - *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média*, Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Lisboa, 1999, p. 144.

desenhado numa *Planta da Praça de Marvão*¹⁸ (1755), do Livro de Miguel Luís Jacob, e é designado por *Estrada de Portalegre* (Fig. 3). Note-se que, embora as Portas de Ródão estejam linearmente mais próximas do castelo, entre estes dois lugares interpõe-se uma escarpa rochosa colossal. Na planta de 1755 estão ainda referenciados outros dois caminhos: o que das Portas de Ródão se dirige para N, designado por *Estrada de Castelo de Vide*¹⁹, que passaria pela Escusa²⁰, e outro que, saindo das Portas da Vila, passa a NO do Convento de Nossa Senhora da Estrela e se dirigia para Valência, estando designado por *Estrada de Valência*.

A povoação constitui-se então, ao longo dos sécs. (XIII-XVI), no interior de um espaço de desenho trapezoidal (Fig. 4) orientado na direcção NO/SE, área defendida por uma cerca urbana que só necessitaria de barbacã nas zonas NE/E/SE. Datam daqueles séculos todos os edifícios religiosos, com excepção da actual Igreja do Calvário (1804), a saber:

a) Igreja de Santa Maria, sede de freguesia, que já era taxada pelo Bispo da Guarda em 1321²¹, a depender religiosamente do Prior do Crato (Ordem do Hospital), construída em estilo gótico²² e reconfigurada posteriormente;

b) Igreja de Santiago, sede de freguesia, que já existia, também, em 1321, a depender religiosamente do Prior do Crato, construída em estilo gótico, reconfigurada, também, posteriormente;

c) Convento de Nossa Senhora da Estrela, extramuros, perto das Portas da Vila, instituto franciscano fundado por Bula do Papa Nicolau V, de 7 de Julho de 1448²³, de que se conserva parte da igreja e vestígios do primitivo claustro, em estilo gótico;

¹⁸ MATTOS, G. de Mello de - *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Publicações da Comissão de História Militar (IV), Volume Comemorativo do Centenário da Restauração, Lisboa, 1941, Estampa XCIV; Direcção dos Serviços de Engenharia, GEAEM, Carta n.º 1396, cota 3/40/1390.

¹⁹ Ainda existe parte do primeiro troço deste caminho, sendo visível da estrada que dá acesso às Portas do Ródão. À direita de quem desce, apresenta-se um cruzeiro.

²⁰ Ainda existem troços antigos, de calçada, na estrada que liga a Escusa ao cruzamento para a Portagem e para Marvão.

²¹ CASTRO, José Osório da Gama e - *Diocese e Distrito da Guarda*, Tipografia Universal, Porto, 1902, anexos.

²² KEIL, Luís - *Inventário Artístico do Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943, p. 93, refere que esta igreja apresenta, num dos capitéis, decoração lanceolada e espalmada característica dos sécs. XIII e XIV.

²³ Pensa-se que a actividade dos Franciscanos será mais antiga, remontando a meados do séc. XIII, embora se desconheçam os documentos que o provem.

d) Capela do Espírito Santo - da primitiva Misericórdia -, fundada em 1573, em estilo da Renascença.

A leitura arquitectónica da vila faz-nos crer que o seu apogeu demográfico tenha ocorrido no séc. XVI - a que não será alheia a entrada de milhares de judeus pela sua fronteira, a partir de 1492 -, decaindo incessantemente no período bélico que começa com a Guerra da Restauração e se estende até ao fim das guerras civis do séc. XIX²⁴. Não mais recuperou até aos nossos dias. Daí que o conjunto arquitectónico pareça ter-se quedado no tempo, apresentando, cerca de 63% dos seus edifícios, elementos decorativos datáveis, estilisticamente, dos sécs. XIII-XVI, ou características arcaicas não enquadráveis estilisticamente (Fig. 58). Em consequência de se ter constituído como presídio e como aquartelamento de tropas e de suas famílias, de que ficou a memória da Casa do Governador - belo exemplar do séc. XVII, na Rua do Espírito Santo -, sofreria as agruras da guerra, não mais evoluindo dos pontos de vista demográfico, económico e urbanístico. Perdeu, inclusivamente, importância militar, quando a Praça foi desactivada no séc. XIX. Só o turismo a havia de descobrir a partir dos anos Setenta deste século.

As ruas apresentam o pavimento em calçada portuguesa, com ou sem passadeira central, de lajes de granito, colocadas pela DGEMN em 1947²⁵. Existem também alguns empedrados travados à maneira medieval, por fiadas de pedra a cutelo, cruzando-se ortogonalmente, como na Travessa de Santa Maria. As ruas principais constituem duas diagonais que se cruzam no Praça do Pelourinho, fronteiro aos antigos Paços do Concelho (sécs. XV/XVI), com Prisão e torres Sineira e do Relógio. No mesmo edifício funcionou o tribunal onde Mousinho da Silveira exerceu as funções de Juiz de Fora.

A diagonal viária mais importante era constituída pelas ruas das Portas da

²⁴ Dados demográficos da vila de Marvão: 363 fogos pelo Numeramento 1527, contando, obviamente, com os fogos rurais pertencentes às freguesias sediadas na vila, já que, actualmente, apenas existem cerca de 155 fogos intramuros; o *Numeramento* refere, ainda, 132 fogos no *termo* de Marvão; 150 vizinhos (fogos) em 1668; 344 fogos, no concelho, em 1739; 205 fogos, com 380 hab., em 1758; 334 fogos, com 1299 hab., em 1890 (freguesia de Santa Maria); 962 hab. em 1981 (freguesia de Santa Maria) (ver COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, (1988), pp. 214, 224, 242 e 437). Nicolau de Langres refere 400 habitantes (cerca de 1644 ?) (ver MATTOS, Gastão de Mello de, *ob. cit.*, p. 91); em 1800 havia 226 vizinhos (ver CORNIDE, D. José - *Estado de Portugal en el año de 1800 / Memorial Histórico Español*, Real Academia de la Historia, Tomo XXVIII, Madrid, 1897, p. 5).

Vila, do Espírito Santo e do Castelo; a menos importante era formada pela Rua de Cima, que sai das Portas de Ródão e desemboca na Praça do Pelourinho, e que se prolonga pela Rua do Relógio em direcção ao Postigo do Torrejão²⁶. Outro percurso importante atravessa a vila pela cota mais alta, a SO, unindo o Postigo do Torrejão ao castelo pelas ruas do Calvário, de Santiago, Dr. Matos Magalhães e Largo de Santa Maria. Todas as outras ruas servem as traseiras das edificações das ruas principais, com os seus pequenos quintais, ou são travessas. Resta falarmos do Terreiro (Largo de Olivença), a NE, junto à muralha, lugar onde se comerciava, folgava e, em caso de ataque, se concentrariam importantes meios bélicos de abastecimento que deviam socorrer não só a muralha e barbacã próximas (a zona mais vulnerável de toda a fortificação) como acudir às portas que se encontram nos extremos desse tramo de muralha.

Da História Militar de Marvão, e para além dos conflitos já referidos, registámos os seguintes eventos de maior importância²⁷:

- Guerra da Restauração (1641-1668): cerco espanhol em 1641; ataque espanhol em 1648, sob o comando do Marquês de Lagañes.

- Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1715): em 1704 foi tomada a fortaleza pelo exército franco-espanhol comandado pelo Duque de Berwick; em 1705 rendeu-se a Praça ao exército português comandado pelo Conde de São João (1705); frente ao baluarte das Portas da Vila, distinguiu-se o ataque desferido pelo terço de infantaria portuguesa comandado pelo Conde de Coculim.

- Guerra Fantástica (1762-1763): em Novembro de 1762, a Praça sofreu um ataque de surpresa por parte do exército espanhol, durante as últimas operações desta guerra, sendo repellido pela guarnição anglo-lusa comandada pelo capitão Brown.

- Guerra das Laranjas (1801): a Praça foi atacada pelo exército espanhol (Batalhão de Barbastro, comandado pelo Tenente-Coronel D. Ramón Orrell) no

²⁵ Arquivo da DREMS (Évora), Processo de Obras do Castelo de Marvão, S. 12.10.02/001, intervenção em 1947.

²⁶ Também designado, recentemente, por Postigo do Sol.

Dia de Corpo de Deus, conseguindo resistir; a defesa foi comandada pelo sargento-mor de engenheiros, João Miguel da Silva, que ali realizara, recentemente, obras de fortificação e que assumiu o comando devido à avançada idade do governador²⁸.

- Guerras Peninsulares (1807-1811): no dia 25 de Junho de 1808, a Praça, governada pelos franceses, sofreu um assalto vitorioso por parte de um corpo de voluntários valencianos (Valência de Alcântara) - instigado pelo destemido Juiz de Fora da vila de Marvão -, comandados pelo Tenente-Coronel D. Vicente Perez (espanhol) e pelo Tenente-Coronel, graduado de milícias, D. Pedro de Magalhães, filho do arquitecto português Teodoro Magalhães²⁹.

- Guerras Liberais (1832-1834)³⁰: em Junho/Julho de 1833, a Praça, comandada pelo miguelista Coronel Francisco da Silva Lobo, resistiu às intimações de rendição feitas pela guerrilha constitucional, comandada pelo antigo coronel do exército espanhol, D. Manuel Martini³¹; neste período, Marvão servia de refúgio, base de apoio logístico e ponto de partida para incursões em Espanha, aos carlistas que acompanhavam o infante espanhol, D. Carlos Maria Isidro (1788-1855), durante a Primeira Guerra Carlista ou Guerra dos Sete Anos (1833-1839), sendo comandados pelo brigadeiro D. Fernando Peñarola³²; em 12 de Dezembro de 1833, foi tomada a Praça pelas tropas liberais, reunidas sob a designação de *Legião Patriótica do Alentejo*, com ajuda de tropas espanholas e com a cumplicidade de elementos do interior da fortaleza; de Dezembro de 1833 a Março de 1834, Marvão sofreu um cerco pelas tropas miguelistas, sob o comando do Brigadeiro António José Doutel; as tropas liberais, comandadas

²⁷ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo - *Marvão (Elucidário breve de uma visita a esta vila)*, 2ª edição, s. e., s. l., 1982, pp. 60 ss.; SELVAGEM, Carlos - *Portugal Militar*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s. l., 1990, p. 479.

²⁸ SEPÚLVEDA, Christovam Ayres de Magalhães - *História Orgânica e Política do Exército Português, Provas*, vol. VIII, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1919, pp. 557 e 558.

²⁹ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, (1988), p. 157 e NEVES, José Acúrcio das - *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Tomo III, Lisboa, 1811.

³⁰ Sobre o tema ver o estudo, muito bem documentado, de LIMA, Henrique de Campos Ferreira - *Marvão nas Campanhas da Liberdade*, Separata de *Brados do Alentejo* n.ºs 158 a 215, Estremoz, 1934.

³¹ VENTURA, António - "Marvão na Primeira Guerra Carlista e nas Guerras Liberais - alguns documentos da secretaria do General António Álvares Pereira", *A Cidade*, n.º 1 (Nova Série), 1988, p. 66.

³² Idem, *Ibidem*, passim. D. Carlos, candidato ao trono espanhol, era apoiado por D. Miguel, de Portugal, seu cunhado, sendo o outro partido o da rainha viúva D. Maria Cristina e sua filha, a futura Isabel II, apoiadas pelos liberais.

pelo General António Pinto Álvares Pereira, eram abastecidas a partir do território espanhol³³; este último cerco é referido em documento militar de 1861, nos seguintes termos: *A esta Praça está ligado um facto histórico que muito a honra; foi o memorável sítio que ela sustentou por uns poucos de meses em 1834, tornando-se, por este feito d'armas, o baluarte da liberdade na Província do Alentejo*³⁴.

- Guerra civil resultante das rebeliões da Maria da Fonte (1846) e da Patuleia (1847): a Praça foi ocupada por tropas do General Concha (espanhol), entre 23 e 25 de Julho de 1847.

Pelo Decreto n.º 8228, DG 133 de 4 de Julho de 1922, as fortificações são classificadas de Monumento Nacional, sendo-lhes demarcadas Zonas de Protecção nos DG n.º 246 e n.º 116, respectivamente de 21 de Outubro de 1960 e de 16 de Maio de 1962 (Anexo II). Finalmente, devemos referir que, desde finais de 1998, se desenvolve um processo de candidatura de Marvão a Património Mundial³⁵.

2. SITUAÇÃO E SÍTIO

2.1 SITUAÇÃO

A fortaleza de Marvão situa-se na raia, a escassos 13 Km da fronteira de Galegos, tendo a NO, Castelo de Vide, a 12 Km, e a SO, Portalegre, a 19 Km, como fortificações mais próximas. No sopé da eminência natural onde se endentou, corre o Rio Sever, de S para E (Fig. 5).

A sua importância geoestratégica foi desde sempre reconhecida, por se situar junto à fronteira e por constituir uma fortaleza natural. Da importância militar emergiu a supremacia político-administrativa, ao ser englobada uma enorme área no seu termo, como já referimos.

³³ Idem, *Ibidem*, pp. 70 e 71.

³⁴ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 51, Número 17 (1861).

³⁵ Temos a honra de exercer a coordenação técnico-científica da Comissão de Candidatura, em representação do Instituto Politécnico de Portalegre.

Passados que foram mais de quinhentos anos, em 1796, não perdeu a fortaleza a sua importância estratégica, conforme testemunhou o Tenente Coronel Engenheiro, Tomás de Vila Nova e Sequeira:

*A posição que tem na linha da Fronteira a faz importante para a sua defesa, porque de Valência de Alcântara ou de Albuquerque para Portalegre, para o Crato, para Castelo de Vide e também para Riba-Tejo, não há outra estrada por onde se possa conduzir artilharia que a do Porto da Espada, que passa à vista da Praça no sítio a que chamam o Prado, e por ela também é que se pode levar artilharia contra a mesma Praça.*³⁶

Também o Coronel de Engenharia Vincent (que acompanhou Junot na invasão e ocupação de Portugal) escrevia, em relatório de 13 de Fevereiro de 1808, que Marvão

*(...) placé vis-a-vis le premier passage de la frontière en remontant le Sever qui fait la limite de deux états, il occupe un point des plus essentiels à la défense, et se présente comme la clef de la portion de frontière a protéger contre un ennemi qui auroit son centre de forces a valance d'alcantara de la même manière qu'Elvas se trouve la clef de la portion de frontière a défendre contre ennemi qui auroit aussi son principal entrepôt à Badajoz*³⁷.

Durante as Guerras Liberais, mantém a Praça de Marvão um valor estratégico fundamental. Luz Soriano faz-lhe a seguinte referência: *Esta praça cuja cidadela é naturalmente inacessível, reunindo com vantagem da sua posição topográfica a da riqueza dos seus armazéns e munições de guerra (...)*³⁸.

³⁶ Arquivo Histórico Militar, *Explicação do estado da fortificação da Praça de Marvão e dos consertos que necessita*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 53, N.º C 15.

³⁷ VICENTE, António Pedro - *Le Génie Français au Portugal sous l'Empire*, Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1984, p. 236.

³⁸ SORIANO, Luz - *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, III Época, Tomo V, 1885, p. 183. Citado por VENTURA, António - "Marvão na Primeira Guerra Carlista e nas Guerras Liberais - alguns documentos da secretaria do General António Álvares Pereira", *A Cidade*, n.º 1 (Nova Série), 1988, p. 66.

2.2 SÍTIO

As fortificações de Marvão foram levantadas sobre uma crista quartzítica orientada na direcção NO/SE. O castelo situa-se entre as cotas altimétricas de 843,6 m, à entrada do primeiro recinto, e de 849,5 m, altitude do pátio do segundo recinto do castelo (Fig. 4). É a fortaleza que possui a cota mais elevada do Alto Alentejo e, em termos orográficos, só o Pico de São Mamede se sobreleva, a 1027 m de altitude.

A cerca urbana estendeu-se para SE, ocupando cotas mais baixas, até onde o acesso era viável mas a defesa garantida: cotas altimétricas de 802,6 m nas Portas de Ródão, 787,45 m nas Portas da Vila e 815,6 m no Postigo do Torrejão.

A crista rochosa é escarpada, de forte declive em toda a sua extensão SO, mas a necessitar de alguns cuidados defensivos a NE, a E e a SE, sobretudo junto à cerca urbana, que por isso mesmo necessitou de barbacã. Também as muralhas NE dos primeiro e segundo recintos do castelo foram reforçadas com barbacã e cubelo em parte do seu percurso, até à poterna do primeiro recinto.

3. DESCRIÇÃO DAS FORTIFICAÇÕES

3.1 PRIMEIRO RECINTO DO CASTELO

O castelo de Marvão tem a singularidade de ser constituído por dois recintos acastelados independentes e contíguos (Figs. 56 e 59). É fácil compreender porquê. A cota altimétrica do pátio do segundo recinto - o que está no extremo NO e possui a Torre de Menagem - é de 849,5 m, sendo de 843,6 m a cota na entrada do primeiro recinto. Em termos defensivos, não fazia sentido construir um castelo sobre uma escarpa e deixar ao inimigo um terreno de cerca de 150 m de comprimento por 40 m de largura, quase à mesma cota. Havia que acastelar todo o espaço. Foi esse o projecto defensivo medieval, pelo menos do período cristão. O edifício da vila, mais próximo do castelo, é a Igreja de Santa Maria (Fig. 6) que já se situa à cota de 832,5 m.

Para quem vem da vila, entra-se no castelo pelo seu topo SE. Após um primeiro muro relativamente baixo - que já possuiu cancela, e que apresenta, a SO, uma fortificação não escarpada, com três canhoes, a proteger a entrada -, encontramos-nos frente à porta principal. Esta porta tem arco redondo e possui as caixas das couceiras e da tranca. Inscreve-se num muro com adarve e guarita do lado de dentro. Apresenta, do lado SO, uma canhoes ou vão redondo para fuzilaria. Já no pequeno recinto da entrada, podemos observar: a SO, um pequeno recinto com três canhoes (ou simples abertas) e uma retrete para uso da guarnição; em frente (NO), uma passagem estrangulada entre dois cubelos (Fig. 21); para NE, localizam-se duas portas com patim, através das quais se acede à cisterna grande. A primeira porta tem arco quebrado e a segunda é de lintel recto apoiado em impostas de recorte côncavo, ao gosto românico. A cisterna, de planta rectangular³⁹, está coberta com abóbada de canhão suportada por nervuras de cantaria em arco redondo, contando-se dez tramos⁴⁰ (Fig. 20). De notar que, ao ser construído o depósito

³⁹ A cisterna possui 24,68 m de comprimento, 7,15 m de largura e 6,5 m de altura (medidas médias). Segundo as Memórias Paroquiais de 1758, terá 60 côvados de comprimento, 15 côvados de largura e 12 côvados de altura. Ver MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio - "O actual concelho de Marvão e suas freguesias nas Memórias Paroquiais de 1758", *IBN MARUÁN*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, n.º 3, Câmara Municipal de Marvão, Dezembro de 1993, p. 77. A correspondência entre o côvado e o sistema métrico variou no tempo e no espaço, podendo corresponder, pelo menos, a 0,660 m, a 0,681 m ou a 0,70 m.

⁴⁰ Tal como a cisterna pequena, também esta está envolta em algum mistério, dizendo-se na vila que poderá ter tido uma função anterior diferente, nomeadamente religiosa. Não o cremos, já que, abaixo do nível normal do terreno, só se fazem armazéns, quase sempre de água. Contudo, em documento militar de 1861, diz-se, sem nada se provar, que *dentro do Castelo há um paiol, uma cisterna (outrora a Mesquita dos Árabes) e alguns armazéns* (ver Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 51, Número 17 (1861). Era de facto necessário construir uma grande cisterna para recolher as chuvas e abastecer Marvão, que só por essa via podia conseguir água. Conforme as Memórias Paroquiais referidas na nota anterior, um poço aberto no Terreiro, por alturas de uma grande seca, nos anos de 1712 ou de 1713, nunca teve água suficiente para fazer correr uma fonte e acabou por ser entulhado (MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, art. cit., p. 78). A cisterna apresenta, no extradorso, um terraço com 3 clarabóias (hoje tapadas) e um sistema de 8 bueiros para recolha da chuva. Era, e ainda é, abastecida por uma levada de águas pluviais que, do interior do primeiro recinto do castelo, se precipitam na cisterna após uma caixa de visita construída recentemente. Antes desta caixa ser construída, havia uma outra (1,10 m x 0,60 m), já no extradorso da cisterna, para onde a levada era conduzida, sendo depois canalizada por caleira para um dos bueiros. O sistema de recolha de águas, no primeiro recinto de castelo, constava de várias caleiras que, inclusivamente, aproveitavam a água pluvial dos telhados. Quanto à sua datação, pensamos tratar-se de uma construção dos finais da Idade Média ou do princípio da Idade Moderna: apresenta marcas de canteiro nos arcos e paredes em toda a sua extensão; a porta SO, que dá acesso a uma escadaria, tem um arco de estilo românico, sendo gótico o arco do patim; apresenta a mesma rusticidade da cisterna pequena, tal como o sistema estrutural, os materiais e técnicas de construção e o sistema de recolha de água; justifica-se a sua edificação para abastecer toda uma vila que cresce a partir do séc. XIV, atinge o seu apogeu no séc. XVI, e não tinha outro processo de se abastecer de água para além da captação da chuva; ainda nos meados do séc. XVIII

de água municipal, na cisterna, no topo oposto ao da entrada, foi englobado na construção mais um arco que hoje, obviamente, não se vê.

Após a passagem estrangulada, entramos num recinto intermédio, de reduzidas dimensões e planta trapezoidal, que possui uma segunda porta da entrada, de arco redondo, com as caixas das couceiras e da tranca. Por esta porta se acede a um recinto de planta grosseiramente rectangular, dominado pela chamada “Torre da Bandeira” (Fig. 19), que apresenta três canhoes no eirado. Frente a esta torre situa-se uma outra porta e escada de acesso à cisterna, e mais para NE, um pequeno cubelo que defende o terraço empedrado da cisterna. Este apresenta bueiros para captação de água e clarabóias, hoje tapadas⁴¹. Ainda mais para NE, já na muralha que dá para o exterior, existe outro cubelo. Regressando à zona das portas e continuando para NO, uma terceira porta da entrada, com arco redondo, caixas das couceiras e da tranca, permite-nos entrar, finalmente, para o primeiro recinto do castelo, o albacar⁴².

Este recinto (Figs. 17 e 18), de dimensões muito superiores às do segundo, com cerca de 150 m x 40 m, deveria desempenhar funções predominantemente militares e de refúgio da população, com seus gados e outros haveres, quando as fortificações da cerca urbana cedessem ao inimigo. Pensamos que a sua área nunca poderia ter confinado verdadeiramente uma vila, mas apenas as casas e infra-estruturas da guarnição: possui grandes afloramentos rochosos e um forte declive para O/SO. Acresce que também não existem vestígios arqueológicos nesta área que indiquem qualquer construção para além das que se situavam, no princípio deste século, junto ao topo SE.

O albacar tem planta de desenho grosseiramente rectangular, possuindo

se considerava que *esta praça ou presídio não pode ter contra si em tempo Bélico mais que a falta de água* (MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, art. cit., p. 78); seria estranho que o Prior Frei Miguel Viegas Bravo, autor das Memórias Paroquias que estamos a citar, desconhecesse a época fundacional da cisterna, se ela tivesse sido construída durante a Guerra da Restauração, ou seja, 100 anos antes; note-se que o autor das Memórias diz tratar-se de uma cisterna do tempo dos Godos (MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, art. cit., p. 77).

⁴¹ Sobre este terraço havia, no séc. XVIII, *um jogo de bola para divertimento de pessoas principais desta vila*. Ver MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, art. cit., p. 77.

um ângulo saliente a O - com duas canhoeriras, duas guaritas e uma retere militar -, perto do qual se situa uma poterna. Toda a muralha, com parapeito de 0,53 m de espessura, possui adarve com 1 m de largura. No tramo oposto, que apresenta uma guarita, o parapeito também tem 0,53 m de espessura e o adarve 1,30 m de largura. Neste tramo localiza-se uma porta da traição, medieval - de lintel recto apoiado em impostas de recorte côncavo -, em tempos protegida por cubelo e barbacã que se prolongava até ao topo N do castelo; do conjunto restam apenas alguns palmos de alvenaria. No topo SE deste recinto localizam-se, do lado S, instalações sanitárias de apoio ao turismo - no antigo Corpo de Guarda -, e do lado E, um antigo forno - o Forno do Assento⁴³ -, hoje loja de produtos turísticos. Este tramo, que apresenta 0,53 m de espessura no parapeito e 1,80 m de largura no adarve, possui uma escada através do qual se acede à já referida “Torre da Bandeira”. Esta torre, de base quadrada (6,10 m x 6,30 m no interior do eirado), domina todo o recinto, para NO, e toda a vila, para SE.

3.2 SEGUNDO RECINTO DO CASTELO

O segundo recinto (Figs. 7, 12, 57 e Anexos III-VI) tem planta grosseiramente rectangular, adaptado à orografia do lugar, de cerca de 46 m x 18 m, a que se acede através de uma entrada a SE. A primeira porta, aberta para NE, apresenta arco quebrado, com as caixas das couceiras e da tranca, e está guardada por uma fortificação exterior não escarpada, com duas canhoeriras, a SO. É a porta da barbacã, guardada, pelo interior, por cubelo, e daqui se acede ao interior do pátio por outra porta, em arco quebrado, possuindo as caixas das couceiras e da tranca. Transposta a porta, uma casa do lado direito abre frestas para disparo de fuzis, defendendo a entrada.

Do lado NE do pátio existe uma cisterna, a pequena, com a boca

⁴² A configuração dos dois recintos do castelo de Marvão aproximam-no do de Gormaz (Espanha, Província de Soria), construído no séc. X pelos muçulmanos. Não nos esqueçamos que Ibn Maruán se refugiou na fortaleza de Amaia no séc. IX. Haverá conexão tipológica?

⁴³ Esta designação tanto pode dever-se à sua localização - assento, zona plana no topo de um monte - como ao destino do pão aí cozido - assento, no sentido de estabelecimento militar.

gradeada⁴⁴, de construção medieval (Figs. 8 e 9). O recinto apresenta duas torres em ângulos diagonalmente opostos: uma torre de ângulo a N (Fig. 10), de planta rectangular, com guarita, três canhoelas e parapeitos inclinados para permitir o disparo de armas ligeiras, e uma torre no ângulo oposto, a de menagem (Figs. 11 e 12). Esta torre, também designada por Torre do Boto, de planta intencionalmente quadrada - a diferença de comprimento entre os seus lados é de apenas 0,90 m (10,60 m x 11,50 m) -, é uma construção robusta, de feição primitiva, com frestas, porta em arco semicircular, a descansar em impostas de recorte côncavo, com tímpano liso. Dá acesso a uma sala ao nível do adarve, coberta por abóbada sustentada por cruzaria de nervuras largas, bizeladas, de cantaria de granito, em arco semicircular, que partem do pavimento. A chave da abóbada está decorada com um brasão real de difícil datação⁴⁵, apresentando cinco escudetes com cinco besantes cada e sete castelos. Da sala tem-se acesso, através de escadas, a um terraço empedrado sobre o extradorso da abóbada e deste acede-se por escada ao adarve do eirado, apresentando parapeito inclinado, sem ameias nem canhoelas.

Nos restantes ângulos deste segundo recinto do castelo, apresenta-se uma guarita a NO e um cubelo a SE, que protege a entrada pelo lado exterior do recinto. Todas as quadrelas possuem adarve de cerca de 1,26 m de largura e parapeito inclinado de 0,53 m de espessura. Dentro do recinto encontram-se duas casas no tramo NO, a ladear um corredor, para o qual se abrem frestas para disparo de fuzilaria. Esta passagem possui uma porta do lado do pátio,

⁴⁴ O facto de há muito esta cisterna não ser visitada, não se conhecerem formas e dimensões, nunca ter sido estudada e estar envolta em mistério, podendo contribuir com informação científica importante para a caracterização e datação das fortificações, levou-nos a tentar a sua visita e estudo. Com a colaboração da Câmara Municipal, descemos ao seu interior, retendo os seguintes dados e conclusões: a) Dimensões: comprimento, 6 m; largura, 2,70 m, altura, 3,80; boca quadrada, de 0,75 m x 0,75 m, com a profundidade de 1,75 m; b) Planta: rectangular, quatro tramos marcados por três arcos torais de cantaria, de secção rectangular, a prolongarem-se de pilares adossados às paredes laterais; tecto de abóbada de berço perfeito. c) Materiais: pavimento, silhar, arcos e pilares, de cantaria de granito; abóbadas de tijolo, rebocadas. d) Funcionamento: a cisterna recolhia águas pluviais através de bueiras abertas na abóbada que comunicariam com uma tanqueta de recolha, à superfície, de que há vestígios. e) Pormenores: marcas de canteiro nos pilares e arcos; emparedamento do que parece ter sido uma porta na parede NE. f) Datação: medieval, a julgar pela existência de marcas de canteiro, pela localização no primeiro recinto do castelo, pelo desenho da abóbada e pela rusticidade do conjunto.

⁴⁵ Brasão do IV Grupo, apresentando cinco escudetes com cinco besantes cada e sete castelos, que se usou desde 1485 a 1910, com algumas variantes. Ver FARIA, António Machado de - "Armas Nacionais", *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, vol. I, Iniciativas Editoriais, Porto, 1979, pp. 193 e 194.

em arco redondo, com as caixas superiores das couceiras e uma caixa inferior. Através do corredor saímos do recinto do castelo pela porta da traição (Fig. 13), com lintel recto a descansar em impostas de recorte côncavo. Esta porta, que possui as caixas para as couceiras e para a tranca, dá acesso à antiga barbacã, com ligação ao exterior por túnel com bueira e porta em arco redondo (Fig. 14). O túnel apresenta porta também do lado da barbacã, com as caixas para a couceira de um só batente, do lado exterior. Esta antiga barbacã possui, ao nível do adarve, uma cachorrada onde poderia estar montado um cadafalso, ou serviria apenas para aumentar a largura do adarve e, consequentemente, a liberdade de movimentos. Também do lado de fora existem muitos orifícios no muro que podem ter tido utilidade semelhante.

A barbacã estabelece a comunicação, através de rampas, com uma fortificação - denominada *tenalha* em mapas militares do séc. XIX (Fig. 38) -, composta por um baluarte de faces e flancos irregulares a O (Fig. 15), com nove canhoeriras e três guaritas, e outro baluarte de faces e flancos também irregulares a N (Fig. 16), com nove canhoeriras e três guaritas (Fig. 57)⁴⁶. Este baluarte prolonga-se para SE através de fortificação com redente, quatro canhoeriras e uma guarita. Os muros desta fortificação abaluartada apresentam-se levemente escarpados e com cordão.

3.3 CERCA URBANA

A cerca urbana define um espaço grosseiramente trapezoidal - cerca de 460 m por 160 m -, com a mesma orientação longitudinal dos dois recintos do castelo, ou seja, NO/SE. A muralha possui adarve em todo o perímetro, apresentando parapeito inclinado, e é interrompida, nos pontos nevralgicos da fortificação, por torres e por fortificações abaluartadas a proteger duas portas e um postigo. Caminhando a partir do castelo, de NO para SE, e no sentido dos ponteiros do relógio, apresentam-se (Figs. 56, 59 e Anexo I):

⁴⁶ Este baluarte possuía muro com frestas para disparo de espingardas, no flanco e em parte da face viradas para O, em 1916. Ver COELHO, Possidónio M. Laranjo, *ob. cit.*, (1916), fotografia entre as pp. 72 e 73.

a) Troço de muralha descendente (NO/SE), com 0,53 m de espessura no parapeito e 1,05 m de largura no adarve.

b) Torreão de planta rectangular, com 5,48 m de largura interna, apresentando guarita, três canhoelras e parapeitos inclinados.

c) Troço de muralha descendente de grande inclinação (O/E) (Fig. 22), com 0,53 m de espessura no parapeito e 1,10 m de largura no adarve, estreitando à medida que se desce.

d) Portas de Ródão. A porta da cerca, em arco redondo, com protecção de arco de descarga com o mesmo desenho, é sobrepujada por uma guarita a que se acede pelo adarve. Esta porta que, como já referimos, dava acesso à *Estrada* (setecentista) de *Castelo de Vide*, encontra-se protegida por um meio baluarte (Figs. 23, 24, 25 e 26) constituído, de NO para SE por: tramo de uma barbacã, provavelmente quinhentista, com adarve, cubelo com duas frestas e uma canhoelra; troço de muralha com porta em arco redondo; meio baluarte. A fortificação abaluartada está construída em terreno escarpado, e a face NO é prolongada, englobando a porta exterior da cerca. Esta face é composta por duas partes, com o cordão a alturas diferentes, e do cordão para cima erguem-se muros com três canhoelras e inúmeras frestas para disparo de armas ligeiras que cobrem toda a frente da porta. A outra face, virada a NE, possui três canhoelras, havendo ainda uma outra no flanco. O meio baluarte apresenta duas guaritas, uma no vértice do ângulo flanqueado e outra no vértice do ângulo E. Um corredor, entre muros, com frestas de ambos os lados, num total de dezassete, situa-se na face NO. Cobre não só a frente da porta como também o interior do meio baluarte, nomeadamente a saída da barbacã NE para o seu piso inferior. Neste espaço ainda existem as paredes de um pequeno paiol/armaria, recentemente restaurado. A comunicação entre os pisos superior e inferior do meio baluarte foi restabelecida, por nossa sugestão e orientação, no ano de 1999. Outro muro interior, com cinco frestas, situa-se dentro da fortificação, virado para E, cobrindo a mesma zona. Resta dizer que, franqueada a primeira porta, ficamos no recinto da antiga barbacã, dando acesso à porta da cerca urbana já referida. Ambas as portas possuem arco redondo. A primeira porta não possui as caixas superiores das couceiras mas apresenta as da tranca. A segunda porta possui as caixas das couceiras e da

tranca.

e) Troço de muralha (NO/SE), com 0,70 m de espessura no parapeito, com adarve de largura variável, já que constitui o caminho estreito entre a muralha e o tardo das habitações da Rua de Baixo; troço de barbacã com a mesma orientação, com 0,50 m de espessura no parapeito, apresentando embasamento; esta barbacã apresenta uma retrete para serviço da guarnição.

f) Portas da Vila. A fortificação desta entrada apresenta, do exterior para o interior: entrada com cancela e dois lanços de rampa (Fig. 27); primeira porta (Fig. 28), aberta em muro que se liga ao meio baluarte; segunda porta (Fig. 29), no seguimento da barbacã, ladeada por dois cubelos e o que parece ser um esporão, ou o resto de duas faces de uma torre de base rectangular; estes cubelos, como todos os outros, não apresentam medidas iguais, medindo um deles, de largura interior, na gola, 2,47 m, e de profundidade, também interior, 2,76 m; finalmente, entra-se na vila pela porta da cerca urbana (Fig. 30). Todas as portas possuem arco de volta inteira e as caixas das couceiras e das trancas. O meio baluarte (Fig. 31), que se dispõe para E do sistema de portas, apresenta face e flanco do lado E, construídos em terreno arrampado. A escarpa não termina em cordão, contando-se quatro canhoeriras neste sector e terminando o vértice do ângulo flanqueado em guarita. Apresenta, depois, a face N, sem cordão, interligada com o muro que contém a primeira porta, possuindo duas canhoeriras.

g) Troço de muralha N/S, com 0,43 m de espessura no parapeito e 1,39 m de largura no adarve, apresentando uma guarita; troço de barbacã com adarve (Fig. 36), com a mesma orientação e com 0,64 m de espessura no parapeito. A barbacã apresenta um cubelo junto às fortificações das Portas da Vila, com uma canhoeira virada para a barbacã.

h) Fortificações do Postigo do Torrejão⁴⁷. O postigo abre-se em troço de muralha orientada na direcção NE/SO. Franqueado o postigo, de verga recta, acede-se à barbacã, e desta, através de passagem com cancela, às fortificações que protegem o postigo. Ladeando o postigo, dois torreões de planta rectangular a que se acede por escadas em muros adossados à

⁴⁷ No séc. XIX, as plantas militares, nomeadamente a de 1814, referem a designação de Tenalha do Cubelo (Fig. 38).

muralha (Fig. 32). O torreão NE, com 5,20 m de largura interior, apresenta três canhoeriras; o torreão SO, com três canhoeriras e uma guarita, tem 4,76 m de largura interior e apresenta a face SO adossada ao que resta de um cubelo. A fortificação abaluartada que defende o postigo (Figs. 33/34 e 35) é constituída, de NE para SO: por baluarte irregular, sem cordão, de três canhoeriras; cortina com adarve; baluarte com escarpa e cordão de cantaria, apresentando quatro canhoeriras; prolongamento da fortificação para O, com fosso, muro não escarpado, adarve e parapeito.

i) Troço de muralha com 0,43 m de espessura no parapeito e adarve com 1,25 m de largura, junto ao Postigo do Torrejão, que corre na direcção SE/NO até ao castelo. Apresenta no seu trajecto duas guaritas e duas canhoeriras: uma no Largo de Camões e outra no Largo de Santa Maria, ambas viradas para NO, protegendo a escarpa natural e a respectiva muralha.

4. SISTEMA ESTRUTURAL, MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

4.1 SISTEMA ESTRUTURAL

O amuralhado, quer dos dois recintos do castelo quer da cerca urbana, foi montado, na maior parte da sua extensão, a N, O e S, sobre a crista rochosa. Endentou sobre a irregularidade das fragas, já de si difíceis de escalar, resultando os muros pouco altos e funcionando mais como parapeito do que como obstáculo à acessibilidade. A sua espessura é variável, conforme a função defensiva a desempenhar: se no parapeito a espessura ronda quase sempre os 0,53 m, já o adarve varia significativamente, de 1m a 1,80 m. Adossados que foram os muros ao elemento natural, o seu traçado resultou irregular a N, O e S, apresentando-se rectilíneo nos restantes quadrantes. Os recintos do castelo apresentam uma planta grosseiramente rectangular, com os panos de muralha ligados ortogonalmente. A cerca urbana possui uma forma trapezoidal, com a base maior na cota mais elevada. A base menor e o lado SE, porque levantados em zona menos elevada e (ou) de menor declive, apresentam a muralha mais alta e reforçada por barbacã. O mesmo acontece

em parte do tramo NE dos recintos do castelo.

As muralhas são sempre perpendiculares ao solo e sem aterros pelo lado de dentro, ao passo que as fortificações abaluartadas apresentam os paramentos escarpados e terraplenos pelo interior.

Relativamente às torres, possuem plantas rectangulares, quadradas ou com secção em “U”. Com excepção da Torre de Menagem, todas as outras são maciças até ao eirado, acedendo-se a este através dos adarves das muralhas. A Torre de Menagem, adaptada no séc. XIX a *paioi permanente*, possui uma única sala com abóbada, suportada por cruzaria de nervuras diagonais chanfradas, em arco redondo, apresentando no extradorso um terraço que dá acesso ao eirado. As cisternas são cobertas com abóbadas de berço perfeito.

4.2 MATERIAIS E TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

Construída sobre a crista quartzítica, as fortificações utilizam predominantemente esta rocha, embora apareça também o granito nos cunhais das torres, nas molduras de portas e janelas, nos arcos das abóbadas e na cantaria e silharia das cisternas. O xisto aparece nos paramentos, a calçar as pedras. O tijolo é empregue nas guaritas, nos cordões da fortificação abaluartada, nos soffitos de algumas portas e nas abóbadas. A ligar a pedra e a areia das alvenarias, utilizou-se a cal, muito provavelmente das caleiras da Escusa, situadas no sopé do monte. A alvenaria é construída à fiada (rusticado), perpendicular ao solo ou escarpada, necessitando do respectivo terrapleno neste último caso.

A estrutura das coberturas das armarias, paióis, oficinas, forno, Corpo de Guarda, tal como as portas, eram construídas com madeira de castanho, muito abundante na zona. A conservação das portas fazia-se com óleo fervido. Também se utilizava a casquinha em portas e janelas.

Como os materiais que hoje podemos encontrar são os que resultaram da sobreposição da fortaleza dos sécs. XVII a XIX, sobre a fortificação medieval,

vejam, a título de exemplo, os materiais, ferramentas e trabalhadores empregues nas obras de adaptação:

- (Dezembro de 1794)⁴⁸, trabalhou 1 *apontador*, 7 *alvenéus* e 14 *trabalhadores*, que auferiam, respectivamente, os seguintes *jornais*: 200 réis, de 180 a 300 réis e de 140 a 180 réis; utilizaram-se 62 *carretos de pedra* a 150 réis a *besta*, 7 *moios de areia* a 900 réis cada e 4 cargas de *ladrilho* a 325 réis cada.

- (Novembro de 1817), *Requisição dos materiais, operários e ferramentas para se começarem as reparações mais urgentes na Praça de Marvão*:

Materiais de Pedreiro: Cal.....Moios.....8, Areia.....Cargas.....140, Pedra.....Carradas.....50 / Operários de Pedreiro: Jornais de Pedreiro.....20, Jornais de Trabalhadores.....40 / Ferramentas e utensílios: Enxadas.....2, Picaretas.....1, Padiola.....1, Barris para trazer água.....2, Tina para ter água.....1, Cestos de calhau.....2, Materiais de Carpinteiro: Pregos de 100 rs.....18, Pregos de 50 rs.....18 / Operários de Carpinteiro: Jornais de carpinteiro.....2 / Observações: O objecto destas reparações é construir duas Plataformas de formigão no Baluarte da esquerda na Tenalha do Cubelo; uma dita do mesmo do Baluarte da direita na Tenalha do Castelo; e uma dita do mesmo nas fortificações para o lado d'Oeste. As reparações referidas têm também por objecto concertar (...) canhoeira (...) arestas das banquetas (...) repregar a ferragem de algumas Portas da Praça. / Dimensões das Plataformas que se pretende construir: Comprimento da directriz.....25 palmos, Comprimento da testa.....12 ditos, Comprimento da cauda.....24 ditos, Grossura.....2 ditos, (...) Quartel de Marvão 21 de Novembro de 1817 / Pedro Folque, Coronel Engenheiro⁴⁹

- (Junho de 1828), o *Real Corpo de Engenheiros* projecta e orçamenta uma intervenção tendente a criar um *Paio* permanente na Torre de

⁴⁸ Arquivo Histórico Militar, *Mapa da despesa que se fez com a obra da Praça de Marvão*, semanas que acabaram a 6, a 13 e a 22, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 51, Número 10.

⁴⁹ Arquivo Histórico Militar, *Requisição dos materiais, operários e ferramentas para se começarem as reparações mais urgentes na Praça de Marvão*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, Número 1.

Menagem⁵⁰; dos materiais necessários arrolam-se: cal, areia, tijolos, telhas, tábuas de castanho e de carvalho, vigas de castanho, paus de refugo, parafusos de bronze, lemes de bronze, fechaduras de bronze, arame, chumbo, pregos, óleo, alvaiade, pó de sapato e fezes de osso (osso em pó); relativamente aos trabalhadores necessários, referem-se: 1 apontador, a ganhar 500 réis o dia, 1 olheiro militar a 120 réis, 3 pedreiros paisanos a 300 réis cada, 1 canteiro paisano a 300 réis, 1 mestre carpinteiro paisano a 400 réis, 7 carpinteiros paisanos a 300 réis cada, 1 pintor paisano a 300 réis e 10 serventes paisanos a 200 réis cada.

- (Novembro de 1884), para *Reparação dos telhados, portas e janelas dos Paíóis e Armazéns da Praça de Marvão*:

5 alqueires de cal branca em pedra / 1 moio de areia / 200 tijolos / 2 barrotes de 10 ½ palmos / 12 ditos e 9 palmos / 6 tábuas de forro / 6(?) de ripa / 59 arrâteis de óleo / 2 ditos de pós pretos / 3 ditos de (pó terra) / 5 ditos de fezes / 4 parafusos para chumbar em cantaria / 3 palmetas ou (?) para o mesmo fim / 3 escápulas de pá direita / 3 ditas de dita de três furos / 10 pregos de palmo / 149 ditos portais / 2300 ditos de ripar / 1 escudete de fechadura / 2 brochas de pintor / 13 pincéis de vassoura / 6 vassouras de palma / 3 alguidares / 3 tigelas / 16 varas de cordel / 1 bilha⁵¹.

Pela análise dos documentos, podemos concluir que, de 1794 a 1884, decorrem noventa anos sem nenhuma inovação importante ao nível dos materiais para este tipo de arquitectura. Para o monumento que hoje se apresenta, os materiais mais importantes foram a pedra, a cal e a areia para as alvenarias, convertidos em muros escarpados e aterrados ou em muralhas perpendiculares ao solo, raramente com embasamentos. A simples descrição dos projectos de obras, com os materiais, operários sob a vigilância fiscalizadora do *olheiro militar* e ferramentas usadas, permite-nos “visualizar”

⁵⁰ Arquivo Histórico Militar, *Orçamento das obras que se precisam fazer em uma casa da Torre do Castelo da Praça de Marvão, a fim de poder servir de Paiol permanente*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, Número 7.

⁵¹ Arquivo Histórico Militar, *Mapa dos trabalhos militares feitos na Praça de Marvão respectivo ao mês de Novembro de 1844*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, Número 271.

as obras e a aplicação de técnicas hoje em desuso. Os trabalhos de restauro necessitam deste saber-fazer, pois já é raro ver-se construir um muro de alvenaria de pedra seca com a mestria de outros tempos.

5. EVOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA E TIPOLOGIA MILITAR

5.1 EVOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA

Sendo a arquitectura militar essencialmente funcional, adaptando-se a construção, de forma directa e bruta aos fins em vista, tudo o que lhe diz respeito cumpre uma função defensiva (activa ou passiva). A sua análise necessita, então, de prévio conhecimento das artes de guerra da época em questão. São essas artes que ditam, por consequência, uma determinada arquitectura⁵². Para o estudo da evolução arquitectónica e da tipologia militar,

⁵² Características gerais da poliorcética medieval (Ver SELVAGEM, Carlos, *ob. cit.*, pp. 42-186 e MONTEIRO, João Gouveia - *A Guerra em Portugal, nos finais da Idade Média*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998, Capítulo 6 “Cercos e outras operações”, pp. 337-398):

- a) Tática ofensiva dos sitiantes
 - Assalto de surpresa.
 - Entrada nos castelos através da traição de alguns sitiados.
 - Cerco prolongado para exaurir os sitiados dos seus víveres.
 - Utilização de engenhos e técnicas de expugnação: pirobalística através de bombardas e trons, empregues em Portugal, pela primeira vez, no cerco de Lisboa da Guerra da Independência (1383-1411); neurobalística através de catapultas ou manganelas e trabucos, para o lançamento de pedras e projecteis incendiários; balistas para o lançamento de pedras ou de grandes virotões; erícios e arietes para britagem dos muros ou para destruição das portas; incêndio de portas; trabalhos de sapa nos alicerces das muralhas; manteletes de aproximação; bastidas; escadas e escalas de assédio; tiro de arcos e de bestas de variados tipos, através de dardos ou virotões que poderiam estar envenenados com eléboro, também designada de erva besteira.
- b) Tática defensiva dos sitiados
 - Construção de muros e torres em altura, perpendicular ao plano do solo, e de grande espessura.
 - Aproveitamento de víveres para resistência prolongada.
 - Construção de poços e cisternas no interior da cerca urbana e do castelo.
 - Construção de fosso seco ou cheio de água, onde era possível; no caso do fosso ser seco, enchia-se de lenha que se incendiava durante os assaltos de grande escala.
 - Utilização de trabucos.
 - Utilização de bombardas e trons, disparados dos eirados das torres, ou de troneiras abertas na base das muralhas, na base das torres ou nos cubelos artilheiros.
 - Contrariar o incêndio das portas através de água vertida pelas bueiras ou através de bueiros construídos especialmente para esse fim; também se blindavam as portas e por vezes chegavam mesmo a emparedar-se.
 - Sortidas rápidas para contrariar trabalhos de minagem.
 - Trabalhos de contraminagem subterrâneos.
 - Incêndio das bastidas.

optamos pela periodização e tipologia defendidas por António Lopes Pires Nunes⁵³. Assim, no estado actual dos conhecimentos, e face à descrição precedente, podemos conjecturar (teoricamente, no que diz respeito à fortificação medieval), a seguinte evolução (Fig. 59):

a) Fortificação medieval

- Tiros de bestas ou de arcos, através das abertas e das seteiras das ameias, ou através de cadafalsos ou de matabais; das abertas, com ou sem esbarros, poderia disparar-se com protecção de manteletes.

- Arremesso de pedras.

- Utilização de lanças.

⁵³ A arquitectura militar evoluiu paralelamente às restantes, sendo mais uma consequência da arte da guerra do que da alternância do gosto estético. O que na arquitectura civil e religiosa pode ser uma característica fundamental, marcando um estilo, na arquitectura militar pode não passar de um pormenor perfeitamente secundário, de uma incorporação estilística aleatória que não define uma tipologia: o desenho dos vãos, por exemplo. Acresce que na Península Ibérica em geral, e em Portugal em particular, o castelo senhorial não tem grande expressão, constituindo os nossos castelos, fortificações estratégicas orientadas para inimigos externos. Por esta razão, as fortificações portuguesas foram pouco sensíveis às mudanças estilísticas da outra arquitectura. Este carácter *sui generis* da arquitectura militar em geral, e da portuguesa em particular, dificulta a sua datação precisa e cria reservas ao seu enquadramento estilístico na arquitectura não militar. Parece-nos mais correcto classificar a arquitectura militar portuguesa como António Nunes defende (ver NUNES, António Lopes Pires - *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1991., pp. 20, 145, 151 e 199):

- Medieval: até ao séc. XVI, com vários sub-períodos e possuindo, como elementos caracterizantes, as muralhas altas (fortificação em relevo), os torreões de secção quadrada ou rectangular, os cubelos, as ameias, as seteiras, as troneiras e a torre de menagem. A caracterização dos sub-períodos é feita da seguinte forma (NUNES, António Lopes Pires – *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988, pp. 49-53): 1º Período (durante a Reconquista) - muralhas altas a ligar torreões, delimitando um castelo com Torre de Menagem e alcaldaria, ameias de corpo estreito com abertas proporcionadas, torreões de planta predominantemente rectangular, podendo ter a frente arredondada, seteiras verticais; 2º Período (finais do séc. XIII / D. Dinis) - torres de Menagem mais altas, aparecimento de torreões prismáticos, incorporação de elementos da arquitectura civil gótica, tais como portas, janelas e abóbadas, aparecimento do balcão com matabais, construção de cercas urbanas; 3º Período (finais do séc. XIV / D. Fernando e D. João I) - aparecimento das armas de fogo, substituição das seteiras por troneiras, construção de barbacas, aparecimento do cubelo; 4º Período (séc. XV) - desenvolvem-se as inovações do século anterior, surge a ameia de corpo largo, os balcões dionisinos passam a ser corridos, coroando todo o alto das torres, com ou sem matabais, e desenvolve-se o cubelo ultrasemicircular; 5º Período (início do séc. XVI / D. Manuel I) - máximo desenvolvimento das inovações anteriores, as troneiras começam a ser substituídas por bombardeiras e utilizam-se taludes para reforçar as fortificações.

- De transição: inicia-se em Portugal com a construção da Torre de Belém (1514-1521 / Francisco de Arruda) e está patente em inúmeras fortalezas ultramarinas da 1ª metade do séc. XVI; possui elementos da fortificação medieval mas também da moderna, com influência italiana; nesta fase, são sobretudo os cubelos ultrasemicirculares que baixam a altura (fortificação baixa), aumentam a área e transformam as ameias em merlões e as abertas em bombardeiras para receberem a artilharia; aparecem as formas pentagonais, dois níveis de bombardeiras e muros escarpados.

- Moderna ou abaluartada: a partir da construção da fortaleza de São Brás, em Ponta Delgada, (a partir de 1551, ou de 1567, após a visita de Tommaso Benedetto da Pésaro e Pompeo Ardit, com execução de Pêro Maeda) subdividindo-se em várias escolas e métodos ao longo dos sécs. XVII e XVIII, com predomínio das escolas holandesa e francesa; o seu elemento caracterizador é o baluarte e a edificação rasante.

1º Período (Reconquista): dos sécs. XII e XIII restam, possivelmente, os muros da Torre de Menagem, com a porta de estilo românico (arco antropomórfico) e as estreitas frestas verticais (seteiras primitivas); do mesmo estilo⁵⁴ é a porta da traição do segundo recinto do castelo, que dá para a liça, e a porta da traição NE do primeiro recinto, o que nos faz conjecturar que no séc. XIII já pudessem existir os dois recintos do castelo e a cisterna pequena; ainda do mesmo período serão as outras duas torres de base rectangular e quadrada, uma de ângulo no segundo recinto do castelo, e outra, ativa, sobre a entrada do albacar.

2º Período (finais do séc. XIII / D. Dinis): apossando-se da fortificação, em 1299, D. Dinis manda reconstruir o castelo⁵⁵; desta intervenção terão resultado todas as portas de arco quebrado dos dois recintos⁵⁶: uma na Torre de Menagem, duas à entrada do segundo recinto e uma à entrada do primeiro; também deste período será a cerca urbana, restando dois torreões de planta rectangular, um a guardar o Postigo do Torrejão, a E - o torreão S foi reconstruído entre 1755 e 1812 (confrontar as Figs. 3 e 37) -, e outro no primeiro troço da cerca, a NE.

3º Período (finais do séc. XIV / D. Fernando / D. João I): construção da barbacã e cubelo a NE do castelo, hoje em ruína, e outras duas barbacãs a NE e a E da cerca urbana, ligando as três entradas; a barbacã do castelo vem designada, na planta de 1812, por *restos de muralha antiga* (Fig. 37); a planta mais antiga que conhecemos, a de Nicolau de Langres (Fig. 2), executada, provavelmente, no ano da sua contratação (1644) - porque a fortificação abaluartada actual (Portas da Vila) não consta nesta planta e possuía uma lápide datada de 1645⁵⁷ -, representa a fortificação medieval; a imperfeição do levantamento - notório, por exemplo, na ausência da barbacã NE do castelo -

⁵⁴ As portas com este tipo de arco também se construíam no princípio da Idade Moderna, como pode ser verificado, p. ex., em zonas quinhentistas do Mosteiro/Paço de Flor da Rosa.

⁵⁵ PINA, Rui - *Crónica de D. Dinis*, Ed. Civilização, Porto, 1945, capítulo XXXII, “Das obras e coisas notáveis que El-Rei D. Dinis fez em sua vida”.

⁵⁶ É durante o reinado de D. Dinis que terá acontecido a incorporação de elementos góticos na arquitectura militar (ver NUNES, António Lopes Pires - *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988, p. 50).

⁵⁷ COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *ob. cit.*, (1988), p. 107.

impede-nos de aceitar, sem reservas, os três cubelos que estão desenhados no castelo (a partir do albacar), que nos parecem ser, o primeiro e o terceiro (de SE para NO), configurações da muralha em adaptação à rocha preexistente, o segundo, de que não há qualquer vestígio, representará o actual cubelo orientado a SE; já o cubelo junto ao Torrejão, poderá constituir a referida bateria redonda, existente em 1877.

4º e 5º Períodos (sécs. XV e XVI / D. Manuel I): a Torre de Menagem deve ter sofrido a alteração que hoje apresenta, com uma só sala possuindo tecto de abóbada suportada por duas nervuras diagonais chanfradas, de granito, em arco redondo, com um brasão real, posterior a 1485, na chave; será deste período, também, a cisterna grande, pela profusão de siglas de canteiro - que lhe dão ainda o timbre medieval -, pelas dimensões - que só se justificam no período de apogeu demográfico da vila - e finalmente porque, a construir-se, por hipótese, durante a Guerra da Restauração ou em período posterior, nunca levaria o avisado prior das Memórias Paroquiais setecentistas, a supô-la construção dos Godos, como já referimos atrás.

b) Fortificação de transição

Não existe, propriamente, fortificação de transição, mas alguns cubelos foram reabilitados, no eirado, com canhoes.

c) Fortificação abaluartada

Período (1641-1755): como já o defendemos, a planta de Nicolau de Langres (Fig. 2) é a fortificação medieval; note-se que aquilo que parece ser um meio baluarte nas Portas da Vila, é muito diferente, na localização e na forma, da fortificação abaluartada desenhada na planta de 1755 (Fig. 3); será, provavelmente, uma barbacã das portas; o mesmo diremos para o extremo NO do castelo, construção a O; sobre a guarnição da praça, Langres deixou-nos este fresco:

(...) a sua guarnição (Castelo de Vide) é composta por um regimento de infantaria que consiste em 400 e por vezes 600 homens e três

*companhias de cavalaria, e desta infantaria saem normalmente duas companhias, uma para Montalvão e outra para a guarnição de Marvão, na qual praça de Marvão assiste também uma companhia de cavalaria que não tira do soldo mais do que a subsistência dos seus cavalos e o pão da ração. Estas duas praças estão à distância de uma légua e a região é muito montanhosa e de difícil acesso para a infantaria, cavalaria e artilharia. Os habitantes de Castelo de Vide são em número de 1000 e os de Marvão 400 (...) estas duas praças têm abundância de fruta e castanha, pouco vinho e o pão é que os obriga a ir a Portalegre encontrá-lo (...).*⁵⁸

A *Planta da Praça de Marvão* de 1755 (Fig. 3) mostra-nos a fortificação abaluartada construída em consequência da Guerra da Restauração (1641-1668)⁵⁹ e da Guerra da Sucessão de Espanha (1704-1712): *Baluarte da Porta de Ródão, Baluarte da Porta da Vila, Fortim* junto ao *Torrejão* e *Baluartes da rua nova* (zona abaluartada do castelo); comparando a planta de Nicolau de Langres (Fig. 2) com a de Miguel Luiz Jacob (1755) (Fig. 3), notamos que não estão desenhados o 1º e o 3º cubelos do castelo (de SE para NO, a partir do albacar) e o cubelo a O das Portas da Vila; o cubelo do Postigo do Torrejão está mal desenhado, não apresentando a parte redonda que ainda hoje existe.

Período (1756-1812/14): as plantas da Praça de Marvão de 1812 e de 1814 (Figs. 37 e 38) apresentam algumas alterações relativamente à planta de 1755: os três cubelos do castelo (a partir do albacar) que constam na planta de Nicolau de Langres, não estão desenhados; os *Baluartes da rua nova* sofrem grande alteração, quer na forma (um deles passa a pentagonal), quer no tamanho (as novas fortificações são muito maiores), quer na orientação (de NO/SE passam para N/S e para O/E), designando-se, então, por *Tenalha do Castelo*; a entrada para o segundo recinto parece ter sido alterada, tendo-se construído um pequeno recinto fortificado a SO, para artilharia; o mesmo aconteceu, claramente, na entrada para o primeiro recinto, com a construção

⁵⁸ MATTOS, Gastão de Mello de, *ob. cit.*, p. 91. O engenheiro militar francês Nicolau de Langres, foi contratado em 1644, serviu Portugal até 1660 e morreu em 1662, no ataque a Vila Viçosa, ao serviço da Espanha.

⁵⁹ Sabemos que decorreram obras de fortificação nos anos de 1645, 1662, 1664 e 1670 (COELHO, Possidónio M. Laranjo, *ob. cit.*, (1988), pp. 107, 139, 147 e 148).

de dois espaços fortificados para artilharia e fuzis a SO; no topo SE do primeiro recinto foi construído o Forno do Assento, que ainda existe, e dois Telheiros para Oficinas que já desapareceram⁶⁰; o meio baluarte da Porta de Ródão sofre alterações no seu interior, ficando com a estrutura que hoje apresenta; o meio baluarte da Porta da Vila também sofre alterações, embora mais ligeiras, na organização interna; o Fortim do Torrejão sofre alterações semelhantes às fortificações abaluartadas do castelo, transformando-se em dois baluartes e passando a designar-se por *Tenalha do Cubelo*; junto a esta fortificação, no espaço onde posteriormente foi construída a antiga Escola Primária, situava-se a caserna da guarnição da Praça (Fig. 38); o *Torrejão* da planta de 1755 passa a apresentar a configuração que hoje possui (torreão composto por parte do antigo cubelo e por parte de secção rectangular; algumas destas alterações estão contempladas nos projectos traçados em 1765 (Anexos VII e VIII)⁶¹.

Período (1815-1938): em 1828 projectou-se um conjunto de obras, entre as quais as (...) *que se precisam fazer em uma Casa da Torre no Castelo da Praça de Marvão a fim de poder servir de Paiol permanente*⁶², a saber:

(...) a escada que nesta há e dá acesso ao terraço deve tapar-se com parede a fim de ficar independente esta serventia para o terraço da Casa de entrada, e deve então demolir-lhe parte da muralha, construir-se a escada; devem também, na Casa, reduzir-se a ventiladores as frestas; finalmente devem construir-se três portas novas (...).⁶³

Esta intervenção foi realizada. Se observarmos a Fig. 39, podemos verificar que o muro da Torre de Menagem que possui a porta de entrada ainda apresentava, no princípio dos anos Quarenta, duas portas: a que servia o antigo *paiol permanente* e a que dava acesso às escadas para o eirado.

⁶⁰ Ver COELHO, Possidónio M. Laranjo, *ob. cit.*, (1916), fotografia entre as pp. 48 e 49.

⁶¹ Projectos existentes no Ministério da Defesa Nacional, Direcção dos Serviços de Engenharia, cotas: 3134 (2-21-30) e 3133 (2-21-30).

⁶² Arquivo Histórico Militar, *Real Corpo de Engenheiros /Orçamento das obras que se precisam fazer em uma Casa da Torre no Castelo da Praça de Marvão a fim de poder servir de Paiol permanente*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, Número 7, (1828).

⁶³ *Idem*.

Sobre esta intervenção da DGEMN falaremos mais à frente.

Pela citação seguinte, sabemos também que, em 1828, havia oito barreiras, embora arruinadas:

Havendo na Praça de Marvão oito Barreiras, as quais duas são no Castelo da mesma Praça, uma na gola do Baluarte de S. João⁶⁴ no mesmo Castelo, outra na gola do Baluarte do Cubelo, outra na dita do Baluarte da Porta de Roda, outra na entrada que conduz do lado de Portalegre, outra na dita parte de Castelo de Vide e uma na estrada coberta entre os Baluartes do Cubelo e a Porta de Roda, todas estas se acham em estado de não poderem servir, pela sua ruína, e por isto precisando todas novas; igualmente para melhor conservação de suas madeiras, precisam pintadas as Portas das duas Poternas da mesma Praça (...)⁶⁵.

Em 1831 projecta-se a construção de um telhado sobre a Torre de Menagem, na altura *paiol permanente*:

Existindo na Torre do Castelo da Praça de Marvão uma casa destinada a servir de Paiol permanente, sucede introduzirem-se as águas da chuva no interior deste edifício manifestando-se a sua infiltração pela abóbada que o cobre. Esta infiltração principalmente procede das muralhas que formam a Torre, porque subindo elas 10 a 12 palmos acima da abóbada e existindo no seu cume uma banquetta e parapeito (em que se mostra alguma ruína), as águas da chuva que estas obras recebem introduzindo-se pelas muralhas se depositam na abóbada e penetrando esta filtram para o interior do edifício. As reparações que devem ter lugar para evitar a infiltração consistem em construir um telhado que cubra o terraço da abóbada e dois algerozes para darem saída às águas do telhado; rebocar todas as paredes que dão para a abóbada; ladrilhar o plano superior das banquetas; e abrir

⁶⁴ O Baluarte de S. João é o que cobre o castelo pelo NE, possuindo esta designação em memória do Conde S. João, que tomou a praça aos espanhóis, no ano de 1705, durante a Guerra da Sucessão de Espanha. (Ver MENDONÇA, Manuel Marques - *Apontamentos para a história da pitoresca vila de Marvão*, s. ed., Marvão, 1976, p. 6).

⁶⁵ Arquivo Histórico Militar, *Real Corpo de Engenheiros /Orçamento das obras que se precisam fazer em uma Casa da Torre no Castelo da Praça de Marvão a fim de poder servir de Paiol permanente*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, Número 7, (1828).

*alguns bueiros no parapeito (...).*⁶⁶

5.2 TIPOLOGIA MILITAR

5.2.1 FORTIFICAÇÃO MEDIEVAL

O castelo de Marvão é uma fortificação medieval, estratégica, de detenção, orientada para a fronteira. Apresenta, como referimos atrás, construções de todos os períodos. Constitui um eficaz lugar de refúgio e um extraordinário ponto de observação e vigilância, já que dominava claramente a segunda via mais importante de penetração dos exércitos do país vizinho, a partir de Valência de Alcântara, numa vasta zona do Alto Alentejo que vai de Badajoz ao rio Tejo. A sua inserção estratégica é clara: faz parte da primeira linha de detenção, pós Tratado de Alcanizes, que vai, no actual Distrito de Portalegre, de Montalvão a Elvas.

O mais *roqueiro*⁶⁷ dos castelos nacionais, constitui-se em dois recintos contíguos que, por questões defensivas, tiveram que abarcar toda a crista rochosa mais elevada.

Sobre a inacessibilidade da fortificação, é interessante a descrição do Prior Frei Miguel Viegas Bravo, nas Memórias Paroquiais de 1758:

*É esta vila praça de armas, a mais inconquistável de todo o Reino; da parte do sul é inacessível, de tal sorte que só aos pássaros permite entrada, porque em todo o comprimento é contínuo, e continuado o despenhadeiro de vivos penhos em tanta altura, que as aves de mais elevados voos, dele de deixam ver pelas costas (...) o qual muro, serve mais para não deixar cair os de dentro, do que impedir a entrada aos de fora, e por isso em muitas partes é este muro baixo (...) sendo certo que esta praça ou presídio não pode ter contra si em tempo bélico mais que a falta de água*⁶⁸.

⁶⁶ Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, Número 15, (1831).

⁶⁷ De roca (rocha, penhasco) e não de *rocca* (fortificação artilheira italiana), ou de roqueiro(a) (canhão com balas de pedra ou para lançar artifícios incendiários de forma semelhante a rocas de tecer).

⁶⁸ MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, art. cit., p. 76 e 78.

A cerca urbana ocupa a restante crista rochosa. Toda a fortificação é, obviamente, em relevo, em parte natural, e de grande impermeabilidade.

Detectam-se trabalhos de refortificação resultantes da adaptação da velha fortaleza medieval à crescente eficácia da pirobalística, embora não haja propriamente baluartes de transição⁶⁹. Esta adaptação está patente na construção da barbacã a NE do castelo e entre as Portas de Ródão e o Postigo do Torrejão, com cubelos flanqueando as portas, alguns munidos de canhoiras nos eirados. De notar que o Postigo do Torrejão foi também conhecido por Baluarte do Torrejão e por Tenalha do Cubelo, em possível referência ao cubelo de transição hoje desaparecido. Também os eirados das torres de base rectangular foram adaptados para a artilharia, construindo-se barbetas e rasgando-se canhoiras. As entradas dos primeiro e segundo recintos do castelo foram reforçadas com cubelos. É de estranhar a inexistência de ameias e de troneiras, sobretudo nas zonas de confronto. Será que as reabilitações modernas as fizeram desaparecer?

5.2.2 FORTIFICAÇÃO MODERNA

Como quase todas as fortificações de primeira linha de detenção, houve lugar a uma sobreposição de fortalezas, transformando-se o castelo em “cidadela” da fortaleza seiscentista, embora sem abaluartamento na entrada. Os baluartes e meios baluartes são irregulares, não se enquadrando em qualquer escola. Adaptaram-se ao acidentado do terreno, e vieram reforçar as entradas na cerca urbana, ao mesmo tempo que reforçaram a defesa do castelo na sua zona mais vulnerável: a continuação da crista para NO. O primeiro ataque sofrido durante a Guerra da Restauração ocorreu em 1641 e sabemos ter estado em Marvão Nicolau de Langres, provavelmente logo no início da sua contratação, em 1644. Mas no ano de 1664 ainda decorriam

⁶⁹ Sobre o processo de desenvolvimento das torres até à forma dos baluartes, ver também, PEREIRA, Mário - “Da torre ao baluarte”, *A Arquitectura Militar da Expansão Portuguesa*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1994, p. 35 ss.

obras, hoje desaparecidas e que não constam em nenhuma das plantas já referidas:

Marvão, pela parte de Castelo de Vide, é inexpugnável, mas pela de Valença (que não é tanto) se lhe tem feito uma estrada coberta com sua estacada e três meias luas, que não estão ainda em sua perfeição⁷⁰.

Dadas as características orográficas do lugar, a defesa da fortificação só necessitaria cuidados num número reduzido de pontos. Assim se pensava, ainda em 1801:

Marvão é uma Praça fortíssima por natureza: construída sobre elevado e quase inacessíveis rochedos, reduz a sua defesa a pequeno número de pontos que devem ser postos em melhoramento, e cuidadosamente guardados, e que mediante uma ordinária, mas efectiva vigilância nos precisos lugares, em torno do restante circuito da Praça se pode fazer esta impenetrável às violentas e sanguinárias tentativas dos seus inimigos⁷¹.

É também interessante a apreciação técnica feita pelo General Sir John Aitchison G. C. B., no seu diário, quando, no dia 23 de Maio de 1812, fez uma visita de reconhecimento a Marvão, servindo as forças de Wellington enquanto oficial subalterno do 3º Regimento de Guardas:

Fui a Marvão. A força da sua fortaleza reside na sua situação. A estrada que lá vai dar é estreita, muitíssimo íngreme e em muitas zonas quase impraticável. As fortificações são, na maioria, mouriscas, e em alguns locais tão baixas que facilmente seriam escaladas se não estivessem defendidas por uma poderosa guarnição que eu contabilizo em cerca de 2000 homens. As defesas, contudo, têm sido melhoradas por contraguardas que flanqueiam os velhos muros, de modo que, no presente, as consideraria inexpugnáveis. Ataques de surpresa ou fomes são os únicos modos de obter a sua posse. Não

⁷⁰ Carta do Marquês de Marialva, datada de Estremoz a 12 de Julho de 1664 (COELHO, Possidónio Laranjo, *ob. cit.* (1988), p. 147; a “estrada coberta” seria, provavelmente, a Carreira, paralela à barbacã NE, ocupada hoje pela estrada.

⁷¹ Arquivo Histórico Militar, *Cópia do ofício que remeto ao General da Província de Alentejo em 18 de Março de 1801*, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 53, Número 1.

*tem poços, mas é bem fornecida de água (particularmente o castelo) armazenada em cisternas.*⁷²

6. INTERVENÇÕES E SUA ANÁLISE CRÍTICA

6.1 EXPANSÃO URBANA E FORTIFICAÇÕES

Marvão não passou pelo processo conturbado de Campo Maior relativamente à necessidade de expansão urbana e consequente transposição da fortificação abaluartada. Como já referimos, Marvão atinge o seu auge demográfico no séc. XVI, decaindo como povoação a partir da Guerra da Restauração, não mais recuperando até há duas décadas atrás. Esta foi a causa primeira, e suficiente, da compatibilidade entre fortificações e aglomerado urbano. Mas existe uma segunda causa: o forte declive do terreno exterior à magistral, que só permitiria a construção a E/NE, e mesmo assim, em zona também muito acidentada.

Não obstante, registaram-se alguns episódios da costumada “guerrilha” entre o Ministério da Guerra e a povoação, relativamente à posse e utilização dos terrenos exteriores. Terrenos muito cobiçados, porque estavam *à mão de semear*, podendo-se trabalhar no campo e pernoitar, sem canseira, na habitação da vila. Contudo, o problema seria sempre a água que só a cotas mais baixas se poderia encontrar, conduzindo ao despovoamento da vila. Deste problema se queixava o autor das Memórias Paroquiais, nos seguintes termos:

Tem mais contra si esta praça ou presídio a retirada, que seus moradores vão fazendo dela para os seus campos, como se verá nas informações dos Reverendos Curas do seu campo, em que os moradores excedem grandemente na quantidade aos moradores da vila, e esta fugida é por estarem na sua liberdade, e não estarem fechados de noite, de que nasce que dentro dos muros, toda a casa que uma vez caiu, nunca mais se levantou; e muito mais sendo casas

⁷² JOSEPH, Michael - *An Ensign in the Peninsular War / The Letters of John Aitchison*, W. F. K. Thompson, Londres, 1981, p. 156.

*vinculadas, de sorte que se acham já caídas quarenta e seis moradas de casas antes mais do que menos.*⁷³

Está bem patente nesta citação que Marvão foi sempre um misto de quartel e de presídio, havendo, inclusivamente, muitas casas vinculadas a estas funções. O dilema era então o da sobrevivência no alto dos penhascos e não o da expansão urbana. De que servia ter casa se não havia terra suficiente para dar sustento. Contudo, amainado o clima de guerra, os escassos terrenos a NE/E começaram a ser disputados, adquiridos ou arrendados por particulares e lavrados para exploração agrícola. É o que claramente evidencia a seguinte carta datada de 1877:

*Estes documentos mostram sem contestação que a praça tinha esplanada, e que se estendia a muito mais dos 32,97 m além da raiz das muralhas; é de supor que todo o terreno em roda da praça, que a condescendência tornou em logradouros comuns, fossem terrenos militares, dos quais a Câmara Municipal de Marvão, seguindo o exemplo de muitas outras, se apoderou para fazer dinheiro, considerando como seu o que era pertença do Estado*⁷⁴.

Mas se os terrenos começaram a ser explorados do ponto de vista agrícola, em culturas de sequeiro, o mesmo não aconteceu do ponto de vista urbano. Para além do posto da Guarda Nacional Republicana, do estaleiro municipal e do Centro de Saúde - construções localizadas junto ao Convento de Nossa Senhora da Estrela, obras de 1978, 1987 e 1988, respectivamente -, nenhuma outra construção se levou a efeito, apesar de se ter projectado, cerca de 1946, a construção de um campo desportivo. Relativamente a esta infraestrutura, não foi fácil obter a autorização por parte da DGEMN, deixando-se perceber, pela carta de que seguidamente transcrevemos um extracto, que se apresentou o facto consumado antes da autorização ser dada:

O Instituto Nacional de Trabalho e Previdência pretende que seja

⁷³ MACHADO, J. Liberata e GORJÃO, Sérgio, art. cit., p. 78.

*novamente considerado o pedido feito, em tempos, pela Casa do Povo de Santa Maria de Marvão, no sentido de que seja concedida uma faixa de terreno do Estado, junto às muralhas do antigo Castelo de Marvão, para campo de jogos, atendendo a que aquele organismo já deu início às obras de terraplanagem, vedação e arranjo do campo e despendeu nas mesmas cerca de 5 contos.*⁷⁵

Vaz Martins, Arquitecto-Chefe da DGEMN, dá parecer favorável, embora ache que o terreno não deva deixar de pertencer ao Estado.⁷⁶ Contudo, a construção do referido campo nunca se chegou a realizar (ou a concluir), segundo apurámos na Câmara Municipal de Marvão. Assim, ficou a vila confinada, pelos tempo fora, à sua cintura de muralhas, não por razões defensivas, ainda menos por razões de filosofia urbanística ou de concepção da cidade fortificada, mas simplesmente porque, quando podia dar o salto e instalar-se no extramuros - na 2ª metade do séc. XIX, quando a fortaleza foi desartilhada⁷⁷, e no primeiro quartel do séc. XX -, sobejavam as casas intramuros para os seus habitantes. Depois, com a criação da DGEMN e a consequente maior preocupação pela salvaguarda do património, as possibilidades legais e práticas foram substancialmente reduzidas para tal fim.

Nos dias de hoje, com o desenvolvimento dos serviços e com a grande procura turística, faltam as habitações para os que trabalham na vila e as infra-estruturas para maior retenção de receitas turísticas, havendo uma polémica latente sobre a questão de construir ou não fora das muralhas. Soubemos, na Câmara Municipal, que foi recentemente aprovado um projecto de construção de vinte vivendas, extramuros, no sector E, junto às restantes construções.

6.2 INTERVENÇÕES

⁷⁴ Arquivo Histórico Militar, extracto da Carta do Director-Geral da Secretaria da Direcção-Geral de Engenharia, de 12 de Junho de 1877, para o Director-Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 54, N.º 31.

⁷⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo Administrativo, Pasta n.º 139 (1938-1951), ofício do Ministério das Finanças para o Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

⁷⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo Administrativo, Pasta n.º 139 (1938-1951), ofício n.º 226 de 30 de Setembro de 1946.

⁷⁷ A Praça de Marvão já se encontrava desartilhada em 1861. Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 9ª Secção, Caixa 51, Número 17 (1861).

Até 1933, demos conta da existência de algumas intervenções de que existe memória⁷⁸. Referem-se ao restauro da Torre de Menagem, atingida por uma faísca, ao restauro de outras duas torres não especificadas, e à construção de uma porta para a *entrada principal do castelo*. Durante o Estado Novo, as intervenções foram orientadas pelo Arq. Humberto Reis (1936-1938 e 1943-1946), pelo Arq. Vaz Martins (1938-1942 e 1946-1947), pelo Arq. Peres de Guimarães (1947-1949), pelo Arq. Álvaro Bessa (1949-1952) e pelo Arq. Rui Couto a partir de 1953. Até à intervenção de 1958, não existem plantas de localização. São as fotografias - raramente datadas - que nos fornecem algumas pistas (Fig. 41). Registaram-se as seguintes intervenções:

1ª Intervenção (1938) - Obras de beneficiação e restauro no valor de 48.800\$00⁷⁹ e de 134.900\$00.

Estavam previstas demolições de acrescentos considerados inúteis ou afrontosos, a reconstrução de muralhas em diversos pontos - através de uma alvenaria que imitasse a preexistente -, e o restauro das escadas de acesso os adarves. Dada a inexistência de propostas de ajuste particular com empreiteiros, não temos a certeza da realização destas obras, apenas orçamentadas e descritas em duas memórias descritivas, da autoria do Arq. Humberto Reis, datadas de 4/7/1938 e de 3/8/1938, para intervenções globais de 134.900\$00 e de 48.800\$00, respectivamente⁸⁰.

⁷⁸ Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo n.º S121002/001, Castelo de Marvão: orçamento no valor de 12.204\$00, datado de 28/2/1925, respeitante à consolidação de três torres, aprovado por despacho ministerial de 8/4/1925, Ordem de Serviço n.º 482 de 13/4/1925, tendo sido autorizada, para o ano em curso, apenas a quantia de 5.000\$00, por despacho de 19/6/1925; em 1927 aparece novamente o orçamento anterior para a realização de obras por parte da 3ª Repartição da Direcção-Geral de Belas Artes, a 20/6/1927, visando restaurar o cunhal SO da Torre de Menagem, atingido por uma faísca; transferência de uma verba de 46.641\$00, pertencente às fortificações de Marvão e de Castelo de Vide, com destino a intervenções no *Domus Municipalis* de Bragança (3ª Repartição da Direcção-Geral de Belas Artes, 10/11/1927); proposta de ajuste particular de João Martinho da Silva, de 25/2/1928, no valor de 5.920\$00, para restauro do referido cunhal da Torre de Menagem, aprovada a 25/2/1928; proposta de ajuste particular de João Martinho da Silva, de 8/6/1928, no valor de 3.720\$00, para restauro da cobertura da Torre de Menagem, aprovada a 9/6/1928; proposta do anterior empreiteiro, de 12/6/1928, no valor de 4.880\$00, para a construção de uma porta para a “entrada principal do castelo”, aprovada a 14/6/1928.

⁷⁹ Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo S121002/001: é aprovado um orçamento no valor de 48.800\$00, através da Ordem de Serviço n.º 5971, de 10/8/1938, da DGEMN.

⁸⁰ Arquivo da DGEMN, DSID, Processo S121002001, Castelo de Marvão (1926-1976).

2ª Intervenção (1942) - Obras no valor de 50.000\$00⁸¹

Foi realizada a *consolidação geral de panos de muralha* pelo empreiteiro Carlos Alberto Brito, de Portalegre. As obras iniciaram-se a 18/5/1942.

3ª Intervenção (1942) - Continuação das obras anteriores até ao valor de 50.000\$00⁸²

Ainda no ano de 1942, dá-se continuação à intervenção anterior através da aprovação da proposta de ajuste particular de Francisco Torres, de Barcelos.

4ª Intervenção (1943) - Obras no valor de 40.000\$00

A intervenção foi realizada por Francisco Torres⁸³, de Barcelos, que trabalhou até ao dia 9 de Outubro, data em que foram suspensas por se ter esgotado a verba orçamentada. Através do processo fotográfico, podemos concluir que neste ano, e no seguinte, se realizaram obras de reconstrução na Torre de Menagem. O objectivo foi apagar reabilitações oitocentistas, tentando, sem sucesso, como veremos mais adiante, repor a configuração medieval.

5ª Intervenção (1944) - Obras no valor de 30.000\$00

Como referimos atrás, a Torre de Menagem foi intervencionada também neste ano, dando seguimento às obras iniciadas no ano anterior. O empreiteiro foi o mesmo, Francisco Torres, de Barcelos⁸⁴.

6ª Intervenção (1945) - Obras no valor de 30.000\$00

⁸¹ Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo S121002/001: é aprovada uma proposta de ajuste particular de Carlos Alberto Brito, de Portalegre, no valor de 50.000\$00, datada de 27/4/1942, pela Ordem de Serviço n.º 1575, de 29/4/1942, da DGEMN.

⁸² Arquivo da DGEMN, Lisboa, Processo S121002/001: é aprovada a proposta de ajuste particular de Francisco Torres, de Barcelos, no valor de 50.000\$00, datada de 8/7/1942, pela Ordem de Serviço n.º 2557, de 10 de Julho de 1942, da DGEMN.

⁸³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço n.º 2365 da DMN de 30/8/1943. (Arquivo da DSID, Ordem de Serviço n.º 3743 de 28/8/1943).

⁸⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço n.º 2472 da DMN de 27/7/1944. (Arquivo da DSID, Proposta de 20/7/1944, Ordem de Serviço n.º 4227 de 26/7/1944).

Estas obras também foram realizadas por Francisco Torres⁸⁵, de Barcelos. Os trabalhos começaram a 30 de Junho e terminaram a 18 de Agosto, por se ter esgotado a verba.

7ª Intervenção (1947) - Obras no valor de 50.000\$00 nas ruas da vila

Previam-se a construção de um colector de esgotos e a modificação dos pavimentos. A *Memória Descritiva* explica a filosofia desta intervenção nos seus aspectos estéticos:

*Pretende-se, com a alteração apresentada, imprimir aos arruamentos um aspecto antigo, mais de harmonia com as históricas muralhas que englobam todo o conjunto de edificações típicas, com os seus curiosos ferros forjados e suas chaminés alentejanas, arcos góticos e recantos pitorescos*⁸⁶.

A modificação implicava o levantamento de uma faixa central do calcetamento e a sua substituição por lajes de granito (Rua de Cima, Rua das Portas da Vila, Largo do Pelourinho, Rua do Espírito Santo e Rua do Castelo). Desconhece-se quem realizou a empreitada.

Ainda no mesmo ano, o Arq. Vaz Martins projectou a reconstrução da muralha em vários pontos, a reparação de cortinas, a tomada de juntas, a reparação de canhoelras, a reconstrução de coberturas, a construção e assentamento de portas, a substituição de rebocos na sala da Torre de Menagem, a regularização do pavimento da Praça de Armas do segundo recinto do castelo e a calafetação das juntas de uma cisterna. Estavam estas obras orçadas em 310.000\$00. Provavelmente foi este o projecto que norteou as intervenções dos anos seguintes⁸⁷.

⁸⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo Administrativo, Despacho de 18 de Maio de 1945. (Arquivo da DSID, Proposta de 13/5/1945 até 30.000\$00, Ordem de Serviço n.º 3319 de 18/5/1945.

⁸⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1947.

⁸⁷ De notar que estas obras não aparecem referidas num manuscrito que faz o apanhado das intervenções da DGEMN, por Secções, de 1932 a 1956, intitulado *Castelos*. Este manuscrito encontra-se no arquivo da DGEMN, Lisboa.

8ª Intervenção (1948) - Obras no valor de 37.360\$00

Foram aprovadas duas campanhas de obras a executar por Raul Marques da Graça, de Tomar; a primeira, no valor de 30.000\$00⁸⁸, a iniciar a 8 de Junho, e a segunda prevista para Setembro, no valor de 7.360\$00⁸⁹. Não existe processo de obras referente a estas intervenções.

9ª Intervenção (1948) - Obras até ao valor de 50.000\$00

Proposta de Raul Marques da Graça, de 16/7/1948⁹⁰.

10ª Intervenção (1949) - Obras no valor de 65.000\$00

Foram aprovadas obras a executar por Manuel Ferreira da Costa, de Alcobaça⁹¹. Dava-se continuidade à construção do colector de esgotos e previa-se a reparação de panos de muralha. Não existe processo de obras referente a estas intervenções.

11ª Intervenção (1949) - Obras no valor de 32.000\$00

Ainda no ano de 1949, são aprovadas obras a executar por Joaquim da Silva Ramalho, de Santarém⁹². Não existe processo de obras referente a esta intervenção.

12ª Intervenção (1950) - Obras no valor de 19.000\$00⁹³

São aprovadas obras a executar por José Marquito Gomes, de Marvão⁹⁴.

⁸⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço n.º 1962 de 3/6/1948, da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais. Arquivo da DSID, Processo S121002001, Ordem de Serviço n.º 3624 de 2/6/1948, Proposta de 15/5/1948 até 30.000\$00.

⁸⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço n.º 4586 de 3/11/1948, da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais. Arquivo da DSID, Processo S121002001, Ordem de Serviço n.º 6788 de 2/11/1948.

⁹⁰ Arquivo da DGEMN/DSID, Ordem de Serviço n.º 4597 de 21/7/1948.

⁹¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço n.º 1960 de 2/6/1949, do Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais. Arquivo da DSID, Processo S121002001, Proposta até 50.000\$00, datada de 23/5/1949, Ordem de Serviço n.º 2695 de 1/6/1949.

⁹² Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço n.º 3764 de 14/9/1949, da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais.

⁹³ O valor referido em manuscrito do Arquivo da DGEMN, Lisboa, intitulado *Castelos*, que faz o apanhado, por Secções, das verbas despendidas em fortificações, de 1932 a 1956, é de 19.968\$00. Este valor deve ser o da base de licitação, uma vez que é superior à proposta de ajuste particular.

⁹⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo Administrativo, Ordem de Serviço n.º 1793, de 9/5/1950, da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais.

Não existe processo de obras.

13ª Intervenção (1952) - Obras de conservação, no valor de 41.790\$00⁹⁵

Estavam previstas as seguintes obras: renovação de paramentos interiores; alegrar e refechar juntas em paramentos exteriores; construção de pavimentos em tijolo prensado; reparação de coberturas; construção e assentamento de uma porta e janelas; consolidação do *arco de acesso ao castelo*; alargamento e consolidação do *arco de acesso à vila*.

14ª Intervenção (1952) - Obras no valor de 39.800\$00⁹⁶

Proposta de Raul Marques da Graça datada de 7/5/1952. Incluímos estas obras na intervenção anterior, cujo valor é mais elevado e consta no apanhado de verbas despendidas por Secções, entre 1932 e 1956.

15ª Intervenção (1955) - Obras até 10.000\$00⁹⁷

Proposta de J. Freitas Garcia, de 26/11/1955.

16ª Intervenção (1957) - Obras de conservação no valor de 10.300\$00⁹⁸

Previam-se o alargamento do arco das Portas de Ródão, tentando obviar a *uma séria dificuldade de manobra para os veículos dos turistas que pretendem entrar na vila*⁹⁹. Previam-se igualmente pequenas obras de conservação no troço de muralha adjacente. Não existem elementos gráficos no processo de obras.

⁹⁵ Arquivo da DGEMN, Lisboa, valor referido em manuscrito intitulado *Castelos* que faz o apanhado, por Secções, das verbas despendidas em fortificações, de 1932 a 1956.

⁹⁶ Arquivo da DSID, Processo S121002001 (1926-1976), Ordem de serviço n.º 3080 de 29/5/1952.

⁹⁷ Arquivo da DSID, Processo S121002001 (1926-1976), Ordem de Serviço n.º 12898 de 3/12/1955.

⁹⁸ Este valor corresponde ao que vem referido em manuscrito existente no Arquivo da DGEMN, Lisboa, intitulado *Castelos*, que faz o apanhado, por Secções, das verbas despendidas em fortificações, de 1932 a 1956. Como é inferior aos 10.803\$00 referidos no Processo de Obras, deve ter sido aquele o valor da adjudicação.

⁹⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1957.

17ª Intervenção (1958) - Obras de conservação no valor de 29.952\$00¹⁰⁰

Prevía-se a demolição de um palco de alvenaria construído anteriormente pela Câmara Municipal de Marvão (Figs. 40 e 41), a reparação de muralhas e guaritas, a renovação de rebocos no Museu e no forno, o fornecimento e assentamento de portas e a pintura das peças de artilharia com tinta anticorrosiva¹⁰¹. No processo de obras apenas está registada, em desenho, a demolição do palco.

18ª Intervenção (1959) - Obras de conservação na Ponte da Portagem, no valor de 15.253\$00.

Da memória descritiva deste processo de obras consta a repavimentação da calçada da ponte, o refechamento de juntas nas cantarias e a colocação de pedras em falta¹⁰².

19ª Intervenção (1961) - Obras de conservação no valor de 10.000\$00

Da memória descritiva deste processo de obras consta a reparação de telhados do Museu e de outras dependências do Castelejo, bem como a reparação de muralhas e adarves do mesmo e da escada do terraço da Torre de Menagem¹⁰³.

20ª Intervenção (1962) - Obras de conservação no valor de 10.397\$00

Prevía-se, na memória descritiva deste processo de obras, a reparação do telhado e da porta de entrada do Museu, bem como a consolidação da muralha em diversos pontos¹⁰⁴. Esta intervenção pressupõe, obviamente, a

¹⁰⁰ Este valor corresponde ao que vem referido em manuscrito existente no Arquivo da DGEMN, Lisboa, intitulado *Castelos*, que faz o apanhado, por Secções, das verbas despendidas em fortificações, de 1932 a 1956. Como é inferior aos 30.000\$00 referidos no Processo de Obras, deve ter sido aquele o valor da adjudicação.

¹⁰¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1958.

¹⁰² Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1959.

¹⁰³ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1961.

¹⁰⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1962.

não conclusão da anterior no que diz respeito, pelo menos, ao edifício do Museu.

21ª Intervenção (1963) - Reparação de rebocos e caiação da Estalagem Ninho de Águias, no valor de 2.636\$00, e outras obras no valor de 10.400\$00

Da memória descritiva referente a esta última obra consta a reparação de muralhas, guaritas, telhados e uma chaminé¹⁰⁵.

22ª Intervenção (1965) - Obras de conservação no valor de 5.408\$00

Previam-se nesta intervenção as reparações de telhados no castelo e a reparação da porta da Torre de Menagem¹⁰⁶.

23ª Intervenção (1967) - Obras de conservação no valor de 89.440\$00

A verba orçamentada suportaria as seguintes obras: limpeza e reparação de muralhas; reparação de guaritas e telhados; reparação, construção e assentamento de portas; colocação de corrente na ponte de acesso à Torre de Menagem; preservação de portas através de pintura com óleo fervido; pintura dos canhões com tinta anticorrosiva¹⁰⁷.

24ª Intervenção (1971) - Reconstrução de uma guarita e muralha adjacente, no valor de 20.800\$00.

A obra incluía ainda o *restauro* da escada de alvenaria de acesso ao adarve¹⁰⁸.

Após o 25 de Abril de 1974, realizaram-se intervenções nos anos de 1974/75/76/77/79/81/84/89/91/94. Para além dos trabalhos de conservação,

¹⁰⁵ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1963.

¹⁰⁶ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1965.

¹⁰⁷ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1967.

¹⁰⁸ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S121002/001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1971.

são de salientar a construção dos sanitários do castelo - no antigo Corpo de Guarda -, em 1977, e a instalação eléctrica para a iluminação exterior de toda a fortaleza, no ano de 1994.

6.3 PORMENORES TÉCNICOS PRESCRITOS NOS PROJECTOS

O Caderno de Encargos respeitante às *Obras de Conservação no Castelo de Marvão*¹⁰⁹, referente ao ano de 1952, sistematiza prescrições técnicas que podemos considerar extensíveis a todo o período em análise.

Para a execução de um reboco interior era necessário picar, emboçar e finalmente rebocar com argamassa bastarda ao traço de 1:1:6. O assentamento de cantarias era feito com argamassa ao traço de 1:3. Os pavimentos eram assentes com argamassa ao traço de 1:3, sobre massame de betão pobre, com 7 cm de espessura, ao traço de 1:4:6, com um revestimento prévio de cascalho e areia seca, sobre aterro em caixa, regado e batido a maço.

Nos paramentos exteriores de alvenaria de pedra, alegavam-se as juntas, ou seja, picavam-se e retirava-se a argamassa existente, refechando-se com argamassa ao traço de 1:6. Os guarnecimentos eram executados com argamassa de cal em pasta e areia fina, sendo os materiais peneirados em serapilheira.

As caiações eram executadas à esponja, com três demãos, juntando-se, ao leite de cal, sebo e alúmen (sulfato duplo de alumina e potassa).

As madeiras de portas e janelas deveriam ser de casquinha de fio à banda, ou então de castanho ou madeira exótica. A sua pintura implicava a queima de nós a maçarico, uma primeira demão de aparelho à base de óleo de linhaça, betumação com massa de óleo, passagem das peças à lixa após o enrijecimento das massas, duas demãos a tinta de óleo, passagem à lixa desta última, e demão final, também com tinta de óleo. Para portas não pintadas a tinta de óleo, a conservação era feita através da aplicação de duas demãos de óleo fervido.

¹⁰⁹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S1210021001, Processo de Obras, intervenção de 1952.

As coberturas dos edifícios do pátio do castelo seriam refeitas, utilizando-se, no telhado, telha romana, com as braceiras e as bocas argamassadas. O telhado era assente em estrutura de pinho (ripas, varêdo, madres, frechais e asnas) preservada com duas demãos de carbonilo (óxido de carbono).

6.4 ANÁLISE CRÍTICA

As intervenções mais importantes, ou seja, as que maiores alterações produziram no monumento, contribuindo decisivamente para o seu aspecto actual, realizaram-se a partir de 1938 e por toda a década de Quarenta.

Infelizmente, os documentos que sobreviveram nos arquivos da DGEMN, ou que foram elaborados para o efeito, não abarcam todas as intervenções, são muito vagos nas memórias descritivas e o primeiro desenho que localiza intervenções data de 1958. Acresce que existem raríssimas fotografias datadas e tão pouco a sua disposição no processo fotográfico respeita, sem erros, a simples ordem cronológica¹¹⁰.

Tal situação não nos permite localizar com precisão, quer no tempo, quer no espaço, as inúmeras intervenções realizadas. Mas permite-nos estabelecer, em balizas temporais amplas, as grandes campanhas de obras levadas a efeito e, inclusivamente, tipificá-las.

1ª Campanha de obras (1938 - década de Quarenta)

A grande preocupação foi demolir *acrescentos julgados inúteis e afrontosos*¹¹¹ e reconstruir o *Castelejo*, tentando restitui-lo à sua forma medieval, o que contrariou a Carta de Atenas (1931) (I - Doutrinas. Princípios Gerais)¹¹². Nesta voragem demolidora, desapareceram, no segundo recinto do castelo, os edifícios que se encontravam adossados à muralha SO e o primeiro

¹¹⁰ Arquivo da DREMS, Évora, Processo Fotográfico, Livros 139 a 139-F.

¹¹¹ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S1210021001, Processo de Obras, Memória Descritiva referente à intervenção de 1938.

¹¹² (...) a Conferência recomenda o respeito pela obra histórica ou artística do passado, sem proscrever o estilo de nenhuma época (ver *Textos Fundamentais sobre a preservação e valorização do Património*, Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, 1986, p. 7).

andar do edifício situado no topo SE, que viria a ser transformado em Museu (Figs. 42, 43 e 44).

No primeiro recinto, foram demolidos os edifícios que se encontravam adossados a muralhas, no topo SE, a SO e na entrada deste recinto, junto à passagem estreita entre os dois cubelos (Figs. 45 e 46).

Eram edifícios militares construídos a partir do séc. XVII (paióis, armarias, oficinas, casas da guarda, etc.). A filosofia de intervenção é clara e reprovável: tentar restituir o monumento à sua traça medieval, apagando qualquer memória de sobreposição de funções ao nível das instalações militares. Pelo contrário, seria importante a sua manutenção, identificação funcional e musealização, para melhor se perceber a orgânica defensiva da Praça no seu último estágio, o mais autêntico. As demolições só se justificariam se os edifícios em causa estivessem em ruína e não apresentassem qualquer valor estético ou histórico. Não era o caso! A DGEMN não descreveu nem documentou convenientemente o processo, mas podemos criticar a filosofia adoptada, já que os edifícios em causa foram demolidos por se tratar de acrescentos...aos medievais. Mas, e os que ficaram? Não eram também acrescentos? Qual foi a justificação para demolir uns, manter outros, rebaixar outros? Desconhece-se!

Relativamente às reconstruções operadas nesta campanha de obras, podemos referir, como exemplo emblemático da filosofia de “restauro” do Estado Novo, a intervenção realizada na Torre de Menagem (Figs. 39, 47 e 48). Esta torre era um *armazém de pólvora* em 1755 e adaptou-se a *paio* permanente em 1828, tornando-se o acesso ao eirado independente, através da abertura de uma segunda porta, ao lado da primitiva.

Nas intervenções de 1943/44, apagou-se completamente esta reabilitação oitocentista da torre, pois:

- eliminou-se a 2ª porta, aberta em 1828;
- restabeleceu-se o acesso ao eirado através da sala da torre, reconstruindo as primitivas escadas;
- começaram a reconstruir-se as ameias, sem qualquer vestígio que pudesse documentar a sua forma medieval, acabando depois por se demolirem, uma vez que, como alguém escreveu numa fotografia (Fig. 39),

nunca a torre teve ameias; a torre só tinha a porta da esquerda.

Ou seja, a segunda porta foi eliminada porque se pensou que a torre nunca a teria possuído primitivamente, o mesmo acontecendo com as ameias. No caso destas, poderemos concluir que a sua demolição teve a ver com uma “interpretação histórico-arquitectónica” do monumento e não com a problemática do falso histórico. Outras reconstruções foram efectuadas, nomeadamente de guaritas, conforme indicia a Fig. 49, tirada em 1942. Em nenhuma delas se procurou diferenciar os novos materiais incorporados, o que colidia, ao tempo, com o preceituado no Ponto VI da Carta de Atenas (1931)¹¹³.

A partir de 1947, e aproveitando-se a construção de um colector de esgotos, dá-se nova aparência estética ao pavimento das ruas principais (das Portas de Ródão e da Vila até ao castelo), com a intenção de *imprimir aos arruamentos um aspecto antigo, mais de harmonia com as históricas muralhas* (Figs. 50 e 51). Está claramente explicada na memória descritiva¹¹⁴ a intencionalidade da intervenção estética e a filosofia subjacente. Tudo se passava como se ainda se vivesse nos tempos fantasiosos dos “restauradores” de Oitocentos. Devemos concordar que a colocação das lajes de granito foi uma solução muito funcional, já que constituía, também, uma óptima passadeira para ajudar a vencer o declive das ruas em direcção ao castelo. Para além de que se tornou muito agradável do ponto de vista estético e hoje constitui uma característica distintiva das ruas de Marvão. Mas o que sublinhamos aqui é a intencionalidade da acção: dar um aspecto mais vetusto aos arruamentos, de *harmonia com as históricas muralhas*, ainda que se levasse o visitante ao engano, fazendo-o pensar que estaria a pisar uma calçada medieval.

2ª Campanha de obras (década de Cinquenta)

Executadas as demolições de *acrescentos* e reconstruídas as torres,

¹¹³ (...) os novos materiais necessários para este fim deverão ser sempre reconhecíveis. (Ver *Textos Fundamentais sobre a preservação e valorização do Património*, Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, 1986, p. 9).

¹¹⁴ Arquivo da DREMS, Évora, Processo n.º S1210021001, Processo de Obras, Memória Descritiva do processo referente ao ano de 1947.

troços de muralha e guaritas no castelo, as obras estendem-se agora à cerca urbana e às suas portas.

Entre as obras de maior vulto, ou em pontos mais significativos, devemos referir as que se realizaram nas Portas da Vila e nas Portas de Ródão. Nas primeiras, os cubelos correspondentes à segunda porta, no seguimento da barbacã, estavam em completa ruína (Fig. 52) e foram reconstruídos. As ameias que encimavam o muro que contém esta porta (Fig. 53), de construção nitidamente ornamental, foram eliminadas (Fig. 54), tal como o reboco caiado. Dois pequenos edifícios que constituíam o paiol/armaria e a casa da guarda, foram demolidos (Fig. 55).

Em 1957, as Portas de Ródão são alargadas, já que representavam *uma séria dificuldade de manobra para os veículos dos turistas*. Um dos arcos foi alargado, procedendo-se, também, a obras de reconstrução e de conservação no troço de muralha correspondente.

Em 1958, um palco de alvenaria de pedra (Fig. 40) que fora construído pela Câmara Municipal junto à entrada do segundo recinto do castelo, foi demolido, porque estava *obstruindo as muralhas*. Pensamos que se trata, uma vez mais, da procura purista, de sentido arqueológico, da existência fundacional das fortificações.

Muitas outras obras foram realizadas nesta década, um pouco por todo o amuralhado, tentando contrariar a acção destrutiva das severas invernias naquele sítio altaneiro. As peças de artilharia¹¹⁵ foram pintadas com tinta anticorrosiva (1958).

Tal como aconteceu na campanha de obras anterior, foram praticadas demolições e reconstruções que não seguiam o espírito da Carta de Atenas

¹¹⁵ O castelo de Marvão possuía mais peças de artilharia, espingardas e outro material bélico, do que actualmente apresenta nas fortificações e no Museu Municipal. Por processos não de todo esclarecidos, este espólio foi desaparecendo, diz-se que para castelos e museus de Lisboa (nomeadamente para o Museu Militar) e até para casas de particulares. Actualmente, inventariámos o seguinte material: a) Peças de artilharia nas fortificações: 1 na Porta de Ródão, 1 na Porta da Vila, 1 na entrada do segundo recinto do castelo e 5 na tenalha do castelo; b) Material bélico no Museu Municipal: 2 canhões, 4 soquetes, 7 balas de canhão, 3 mosquetes de muralha (sécs. XVII/XVIII), 5 carabinas (séc. XIX), 1 sabre (séc. XIX), 2 lanças, 2 capacetes (séc. XVII) e 1 couraça (séc. XVII). O museu possui também, 11 fotografias de plantas e projectos das fortificações de Marvão. Em Abril de 2000, abriu ao público uma exposição no Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa, denominada “Armamento Medieval no Espaço Português”, que exibia uma peça de artilharia que pertencera ao Castelo de Marvão, legendada como Falcão Pedreiro ou Roqueira (sécs. XV/XVI).

(1931).

3ª Campanha de obras (décadas de Sessenta e Setenta até ao fim do E. Novo)

Realizadas as obras de demolição e de reconstrução mais importantes até ao final da década de Cinquenta, nos restantes 15 anos de Estado Novo assiste-se, sobretudo, à execução anual de obras de conservação: refechamento de rombos e de juntas no amuralhado, reparação de escadas e adarves, reparação de coberturas, etc..

7. INTERVENÇÕES URGENTES E A MÉDIO E LONGO PRAZOS

As fortificações de Marvão contam-se entre as mais bem conservadas, do distrito e até do país. Contudo, apontaríamos como urgentes algumas intervenções:

a) Impermeabilização do terraço construído no extradorso da abóbada da sala da Torre de Menagem, não excluindo o projecto oitocentista, já referido, de construção de um telhado que não inviabilizasse o acesso ao eirado (como no castelo de Amieira).

b) Reconstrução, restauro e disponibilização turística das barbacãs: a do castelo deveria ser desobstruída e consolidada, tal como o cubelo de que ainda existe a base; a barbacã que liga as Portas da Vila ao Postigo do Torrejão está em parte caída, devendo ser adquirida pelo Estado, reconstruída e restaurada em todo o seu percurso; as liças das barbacãs, das Portas de Ródão ao Postigo do Torrejão, devem ser desocupadas das hortas e galinheiros que possuem, pavimentadas a calçada igual às das ruas da vila e disponibilizadas ao turista¹¹⁶.

c) Regularização dos pavimentos dos adarves, que fazem, pontualmente, muito mau passeio e provocam quedas.

Como intervenções a médio e longo prazos, advogamos as seguintes:

a) Limpeza e iluminação da cisterna pequena (segundo recinto do castelo), colocando uma placa de vidro rocha debaixo da tampa gradeada.

b) Instalação de um núcleo museológico militar no segundo recinto do castelo, utilizando as casas que nele se encontram e a sala da Torre de Menagem, com serviços educativos e entradas pagas.

8. CONCLUSÃO

Sintetizando as conclusões parcelares referidas ao longo da análise, podemos concluir o seguinte:

A crista rochosa de Marvão terá servido de refúgio defensivo, ou de simples ponto de vigia, desde tempos imemoriais. No último quartel do séc. IX, foi utilizada pelo rebelde Ibn Maruán, daí derivando o nome Marvão, designando-se, em crónica árabe do séc. X, entre outras designações, por *Fortaleza de Amaia*. Tal designação indicia a existência de obras de fortificação no local - para além das defesas naturais - e levanta a hipótese de o sítio ter sido utilizado, militarmente, no período romano. A constituição do castelo em dois recintos, sendo o mais próximo da vila um albacar, aponta alguma conexão tipológica com fortificações muçulmanas do séc. X, nomeadamente com Gormaz (Espanha, Província de Soria).

Na posse da cristandade entre finais do séc. XII e princípios do séc. XIII, objecto de lutas senhoriais entre D. Dinis e seu irmão D. Afonso, é neste reinado que se reconstroem as fortificações e se lhes confere a configuração medieval que hoje apresentam.

Fortificação estratégica de detenção orientada para a fronteira, de que dista uns escassos 13 km, a mais roqueira das fortificações e vilas nacionais sofreu as agruras de todas as guerras disputadas em território nacional, o que motivou o fenómeno de sobreposição de fortalezas. As fortificações medievais - onde ainda se detecta a existência de construções do período da Reconquista (mais evidentes na Torre de Menagem), receberam elementos de

¹¹⁶ Entre as Portas de Ródão e as da Vila, a liça da barbacã foi limpa e disponibilizado o espaço ao turista, no ano de 1999, sob a nossa sugestão e orientação.

transição - alguns cubelos com canhoes no eirado - e foram depois modernizadas com fortificação abaluartada (sécs. XVII - XIX).

O prospecto que hoje apresenta a fortaleza de Marvão é, parcialmente, o resultado das intervenções da DGEMN, durante o Estado Novo. Sendo de aplaudir o cuidado reparador contínuo, é de lamentar a fúria demolidora que eliminou muitas das construções ou reabilitações militares não medievais, ao nível de paióis, armarias, oficinas e casas da guarda, ganhando a fortificação, em “pureza de estilo”, aquilo que perdeu em autenticidade.

A fortaleza e vila de Marvão, simultaneamente um quartel, um presídio e uma vila ao longo dos séculos, apresentam singularidades múltiplas devidas, fundamentalmente, ao inóspito e beleza do sítio e à impressionante conservação das suas arquitecturas, constituindo um bem cultural que, muito justamente, hoje se candidata a Património Mundial.